TRE-MA

RELATO INTEGRADO

2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

www.tre-ma.jus.br
@tremaranhao
0800 098 5000

SUMÁRIO

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

2 VISÃO GERAL DO TRE-MA Identificação | Missão, Visão e Valores | Estrutura organizacional | Estrutura de Governança | Modelo de Negócios | Cadeia de valor | Materialidade das Informações

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS Estratégia e Alocação de Recursos | Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos e como a organização lida com esses riscos? | Inovações, principais desafios e ações futuras | Série histórica do desempenho | Comparativo entre TRE-MA e os demais Tribunais da JE (melhores práticas).

5 PRINCIPAIS RESULTADOS Eleições | Prestação Jurisdicional | Desempenho

6 CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO Pessoas | Tecnologia da Informação | Licitações e Contratos | Infraestrutura e Gestão Patrimonial | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Gestão de Custos | Sustentabilidade Ambiental | Comissão TRE Mulheres | Comissão de Acessibilidade | Atendimento Demandas TCU

7 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE Relações com o ambiente externo e as partes interessadas (principais canais de comunicação) | Ouvidoria | Educação política | Audiências Públicas | Cultura e memória | Inovações, principais desafios e ações futuras | Série histórica do desempenho | Comparativo entre TRE-MA e os demais Tribunais da JE (melhores práticas).

8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

9 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Desembargador Tyrone José Silva
Presidente do TRE-MA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal e com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União, apresenta seu Relatório Individual de Gestão referente ao exercício de 2019.

Portanto, este Regional, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, apresenta aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à Sociedade, o Relatório de Gestão, registrando as principais atividades desenvolvidas durante o exercício de 2019, com o propósito de dar ampla publicidade e transparência aos atos e fatos praticados pela Administração.

As informações constantes do Relatório de Gestão foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa n.º 63/2010 e Decisão Normativa n.º 178/2019, emanadas do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em 2019, o cenário era desafiador, ante a conjuntura, ante a conjuntura de restrição orçamentária e a redução da força de trabalho. Apesar dessas dificuldades, conseguimos manter a excelência e a qualidade dos serviços prestados.

Assim, é grande a satisfação com que esta Presidência apresenta o relato integrado de gestão. Transparência e conectividade das informações constituem a matéria prima de sua constituição, cuja finalidade é demonstrar ao leitor a produção deste órgão no decorrer do ano de 2019. Nessa perspectiva de resultados, o objetivo estratégico de buscar garantir à sociedade a integridade do processo eleitoral, fortalecer a confiança na instituição e contribuir para a construção plena da cidadania foi alcançada.

No apanhado de informações oferecidas neste relatório, evidenciaram–se aspectos que particularizaram e caracterizaram a gestão da Justiça Eleitoral do Maranhão no ano de 2019, dentre os quais se destacam:

- as realizações concernentes à prestação jurisdicional;
- a evolução do cadastramento biométrico, que atingiu 100% dos eleitores do Estado do Maranhão;
- a consolidação da segurança da informação, através de atos normativos, comitês de segurança e efetiva melhoria da infraestrutura da TI e do CPD desta Justiça Especializada;
- além da implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas zonas eleitorais;
- a criação da Comissão da Mulher; o dimensionamento da força de trabalho;
- a implantação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos, e que tem como objetivo promover a eficiên-cia administrativa;
- o combate contínuo à disseminação de notícias falsas;
- e por fim, perseguir o objetivo de contínuo estímulo e adoção de boas práticas de governança e gestão.

De fato, a Justiça Eleitoral é mais célere, mais sustentável, eficiente, transparente e com maior controle dos atos processuais que passaram a tramitar de forma totalmente virtual.

Por fim, é importante mencionar que a elaboração e confecção deste relatório anual de gestão não constitui apenas uma forma de prestar contas ao conferir transparência aos atos praticados por este órgão, mas também, e principalmente, uma verdadeira oportunidade de reflexão institucional, na medida em que possibilita a revisão dos planos traçados, objetivos alcançados e dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2019.

CONSTITUIÇÃO ATUAL DO PLENO DO TRIBUNAL

Des. José Joaquim F. dos Anjos
Vice-presidente/corregedor

Wellington Cláudio Pinho de Castro
Juiz Federal

José Gonçalo de Sousa Filho
Juiz de Direito

Lavínia Helena Macedo Coelho
Juíza de Direito

Camila Rose Ewerton F. Ramos
Jurista

Bruno Araújo Duailibe Pinheiro
Jurista

2

VISÃO GERAL DO TRE-MA

Identificação | Missão, Visão e Valores | Estrutura organizacional | Estrutura de Governança | Modelo de Negócios | Cadeia de valor | Materialidade das Informações

Identificação

105 Zonas Eleitorais

4.522.992 eleitores

217 municípios

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um órgão do Poder Judiciário Federal e tem como principais atividades a condução do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral.

As competências do TRE-MA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 16 a 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-MA n. 9.030, de 24 de janeiro de 2017). Considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de médio porte.

COMO FOI CRIADO:

O TRE-MA é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Atualmente, é regido principalmente pelo Código Eleitoral de 1965 (Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

A sede do TRE-MA está localizada
na Av. Senador Vitorino Freire,
Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917

Missão, visão e valores

Consolidando a sua finalidade precípua, este Regional possui um Plano Estratégico com declarações de Missão e Visão institucionais, elementos que sedimentam a unidade dos projetos planejados pelo órgão, alinhando-os à sua razão de existir e à busca contínua por um lugar no cenário ideal perante a sociedade.

MISSÃO

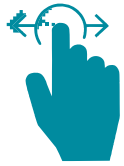
GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

VISÃO

SER MODELO DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

VALORES

Os valores institucionais permeiam todas as atividades desenvolvidas pelos servidores, colaboradores e magistrados, no interior do órgão ou em nome dele, caracterizando-se como traços culturais aceitos e estimulados por todos.



SER ACESSÍVEL

GARANTIA DE AMPLO ACESSO AOS SERVIÇOS DO TRE.

SER CÉLERE

ATENDER ÀS DEMANDAS EM TEMPO RAZOÁVEL.

SER ÉTICO

PRIMAR PELO RESPEITO AOS VALORES E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.

SER INOVADOR

APRIMORAR O PROCESSO ELEITORAL, INSTRUMENTALIZANDO NOVAS TECNOLOGIAS, PRIMANDO PELA SEGURANÇA.

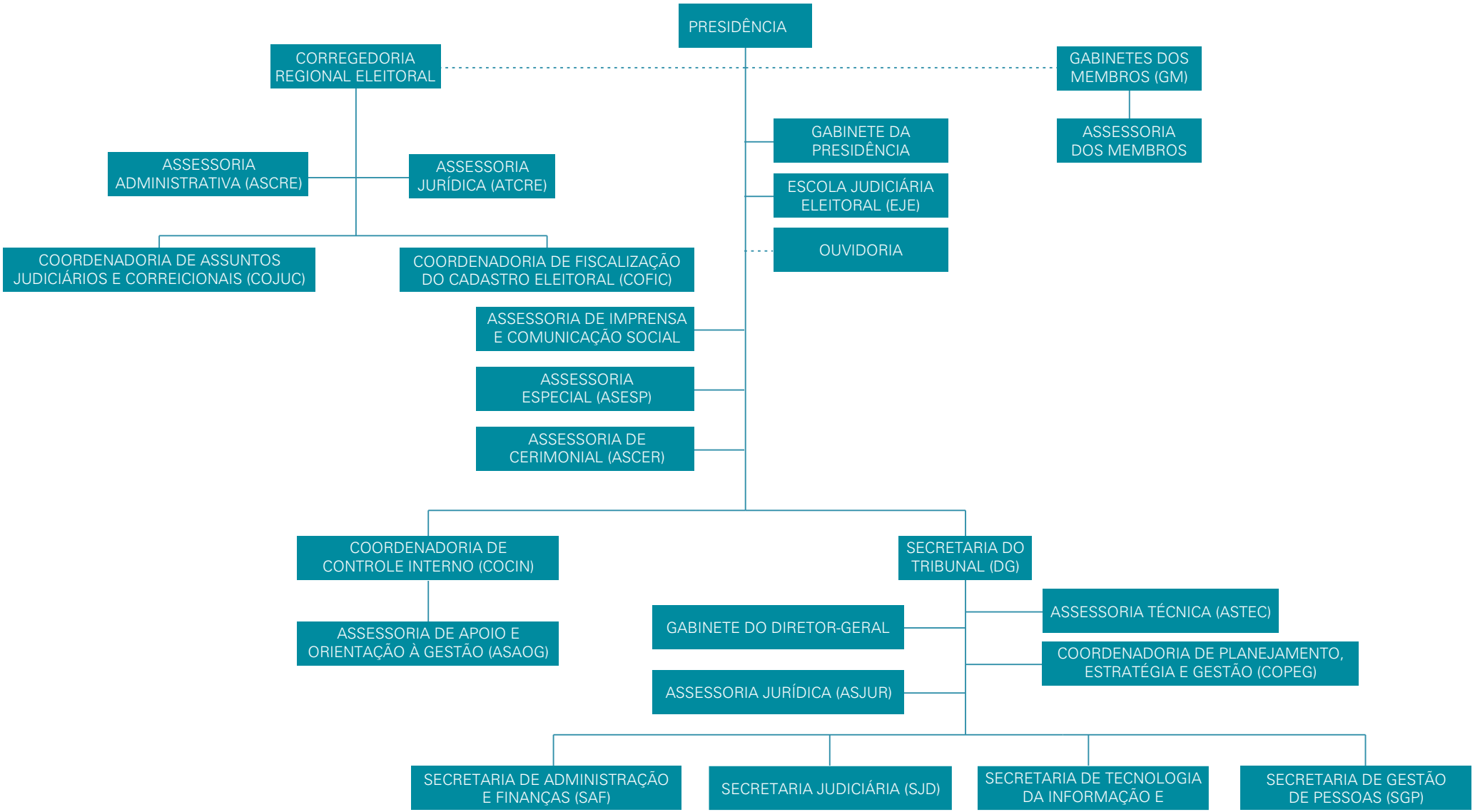
SER TRANSPARENTE

DISPONIBILIZAR AOS PÚBLICOS INTERNO E EXTERNO, DE FORMA AMPLA E TRANSPARENTE, AS INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.

TER CREDIBILIDADE

OBTER A CONFIANÇA E O RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE EM TODAS AS AÇÕES.

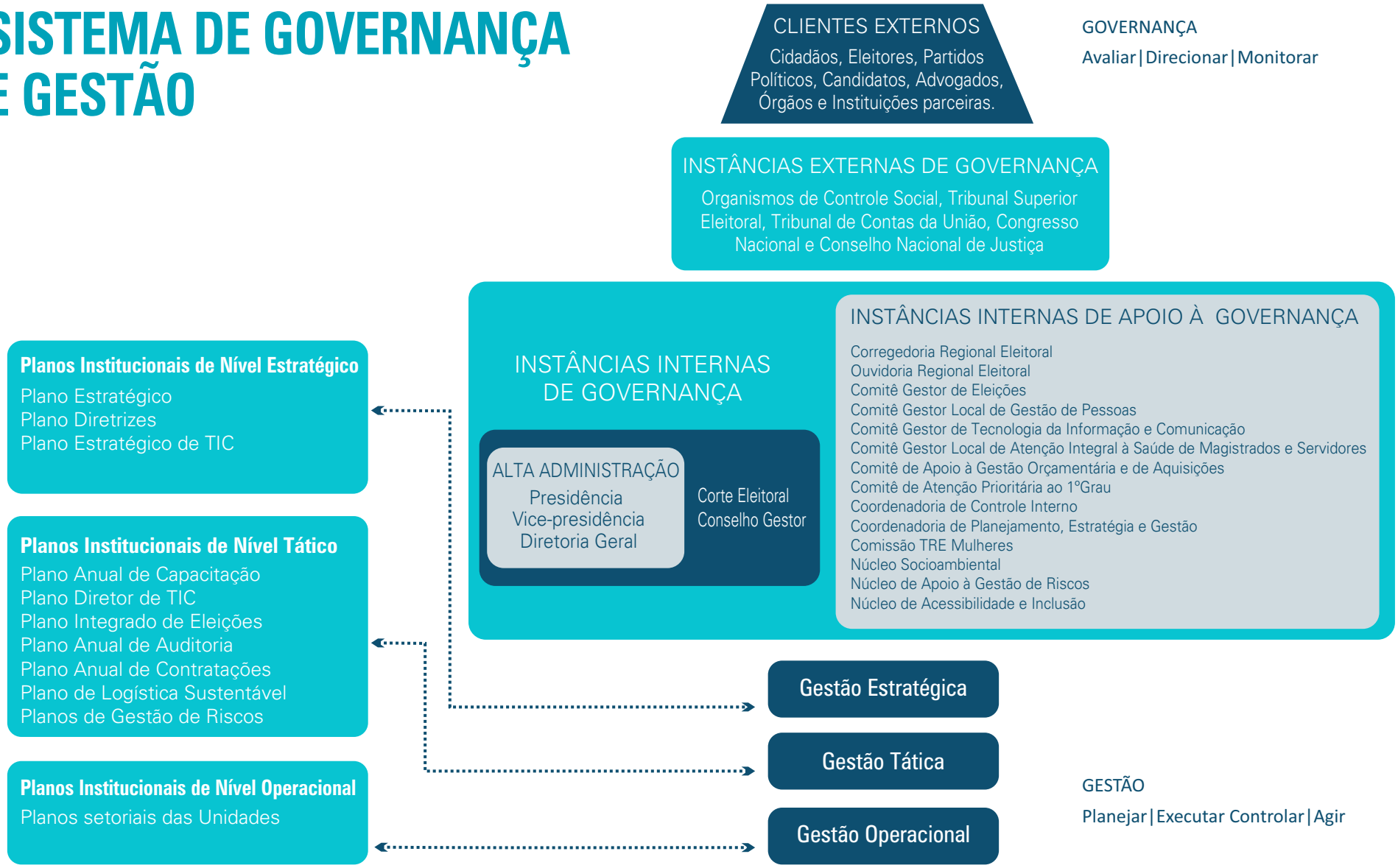
Estrutura organizacional



http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/conheca-o-tre-ma/organograma-contatos

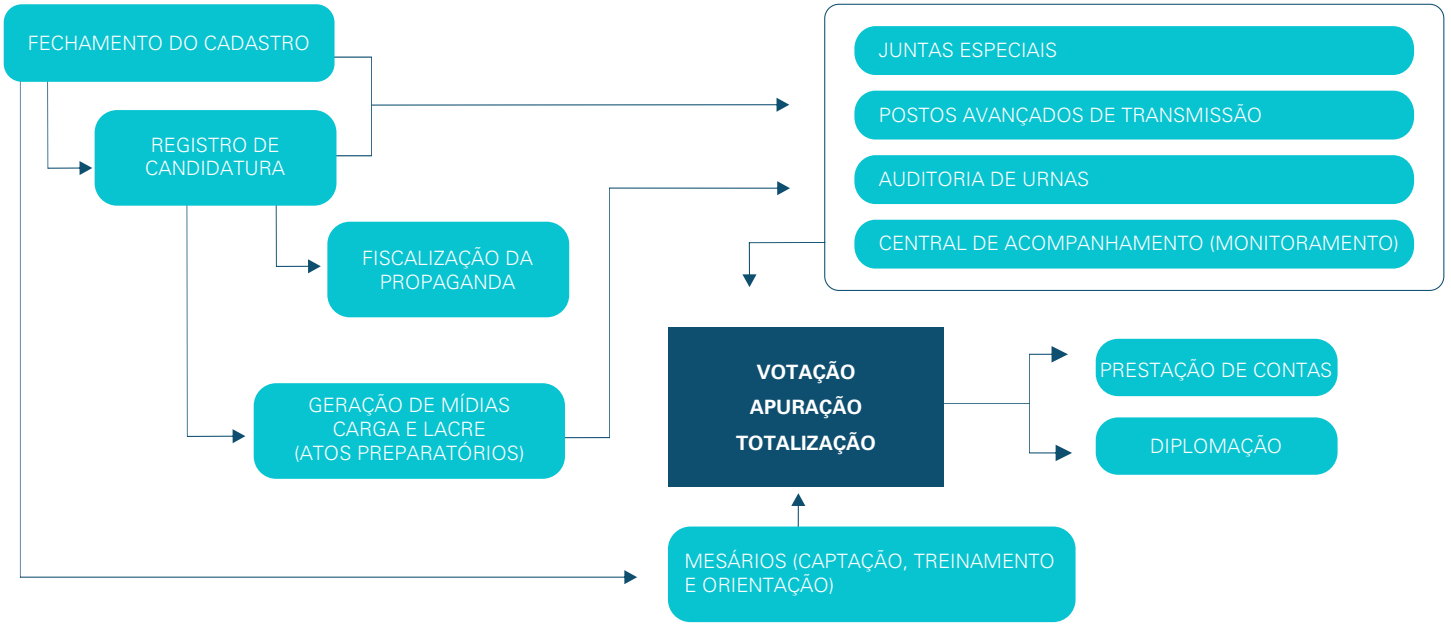
Estrutura de governança

SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO



Eleições

PROCESSO DE ELEIÇÕES



PROCESSO JUDICIAL

COMPETÊNCIA

ELEIÇÕES MUNICIPAIS: JUIZ

ELEIÇÕES GERAIS: TRE-MA

PROCESSOS DE APOIO

- AUXILIARES DE APOIO ÀS ELEIÇÕES
- COMUNICAÇÃO
- URNAS E SUPRIMENTOS
- CONTRATAÇÕES
- VEÍCULOS
- ELEIÇÕES E VOTAÇÕES SIMULADAS
- LOGÍSTICA DE URNAS E MATERIAIS DE VOTAÇÃO
- CAPACITAÇÃO
- RECRUTAMENTO DE SERVIDORES
- SUPRIMENTO DE FUNDOS
- OFICIAL DE JUSTIÇA
- DESIGNAÇÃO DE JUÍZES PARA ATUAR EM PLEITOS
- MATERIAL DE CONSUMO PARA ELEIÇÕES
- SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
- SEGURANÇA
- REUNIÃO DE JUÍZES E CHEFES DE CARTÓRIO

Modelo de negócio

Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o conjunto de atividades e ações realizadas pelo Tribunal, agregadas em macroprocessos e processos, cujo o objetivo principal é entregar à sociedade, os valores contidos na missão e visão de futuro institucionais.

A ESTRUTURAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO TRE-MA ESTÁ ORGANIZADA COM AS SEGUINTES PERSPECTIVAS:

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

GERENCIAL — REPRESENTA AS ATIVIDADES DE GOVERNO DO TRE-MA QUE DIRECIONAM E MONITORAM A GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO NO ALINHAMENTO E CONFORMIDADE COM MISSÃO INSTITUCIONAL.

- GOVERNANÇA CORPORATIVA
- CONTROLE INTERNO

FINALÍSTICO — REPRESENTA AS ATIVIDADES QUE GERAM PRODUTOS OU SERVIÇOS DIRETAMENTE PARA O CLIENTE EXTERNO. ESSES MACROPROCESSOS SÃO COMPOSTOS POR ATIVIDADES ESSENCIAIS QUE AGREGAM VALOR DIRETAMENTE PARA O CIDADÃO-USUÁRIO.

- CADASTRO ELEITORAL
- REGISTRO PARTIDÁRIO
- PROCESSO ELEITORAL
- PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
- RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

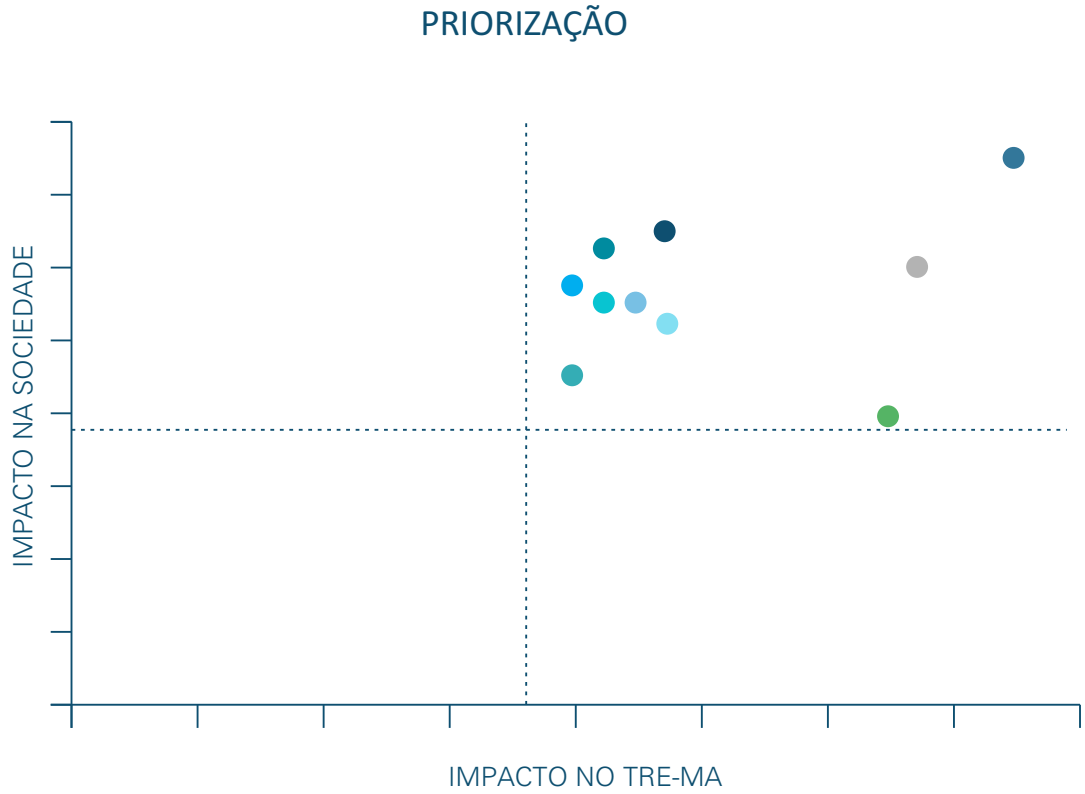
SUPORTE — REPRESENTA AS ATIVIDADES QUE GARANTEM O SUPORTE NECESSÁRIO A PERSPECTIVA FINALÍSTICA, NÃO ENTREGAM VALOR DIRETAMENTE, MAS VIABILIZAM OS ACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.

- GESTÃO DE PESSOAS
- GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- GESTÃO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL
- GESTÃO DA INFRAESTRUTURA
- GESTÃO DA INFORMAÇÃO
- GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

VISÃO

Ser modelo de excelência na gestão do processo eleitoral.

Materialidade das informações



LEGENDA

1 ELEIÇÕES	3 GOVERNANÇA E GESTÃO	5 PESSOAS	7 ORÇAMENTO E FINANÇAS	9 AQUISIÇÕES
2 BIOMETRIA	4 SOCIOAMBIENTAL	6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	8 GESTÃO DE RISCOS	10 CONTRATAÇÕES

3

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Estratégia e Alocação de Recursos | Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

Estratégia e alocação de recursos

Como o TRE-MA planejou o cumprimento da sua missão, os principais macrodesafios estabelecidos para 2019, a vinculação desses objetivos aos direcionamentos do TSE para toda a Justiça Eleitoral, conforme a Resolução nº 23543/2017, e a correlação das iniciativas concluídas que contribuíram para o propósito que se pretendia alcançar.

NOSSA VISÃO: SER MODELO DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL

8 MACRODESAFIOS	**Garantia dos Direitos de Cidadania**	**Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa**	**Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral**	**Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional**	**Melhoria da Gestão de Pessoas**	**Aperfeiçoamento da Gestão de Custos**	**Instituição da Governança Judiciária**	**Melhoria da Infraestrutura e Governaça de TIC**
11 DIRECIONAMENTOS	Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre o TRE-MA e a sociedade Fortalecer a política socioambiental	Cumprimento deliberações órgãos de controle	Assegurar a transparência, segurança e probidade no processo eleitoral	Aprimorar o processo judicial objetivando sua celeridade	Aprimorar a gestão do conhecimento por meio da divulgação de boas práticas Envidar esforços para a permanente capacitação do capital humano	Fortalecer a gestão orçamentária, visando o alinhamento com o plano estratégico	Aprimorar a governança corporativa instituindo os mecanismos de liderança, estratégia e controle	Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços Adotar medidas para o aperfeiçoamento da gestão documental e da informação
29 INICIATIVAS	**10 Iniciativas** * Voto jovem na escola * Aundiências Públicas em parceria com a Rede de Controle da Gestão Pública no MA * Criação do OuviZap (mais um canal de comunicação com a sociedade)	**01 Iniciativa** * Plano Anual de Auditoria	**03 Iniciativas** * Biometria em 100% do estado *Elaborar o Plano Integrado Eleições 2020	**03 Iniciativas** * Implantar o PJe no 1º Grau (Zonas Eleitorais) * Mapeamento com análise de riscos dos processos de AIME e AIJE	**04 Iniciativas** * Realizar novo ciclo de pesquisa de clima organizacional * Levantamento das ocupações críticas da SGP	**02 Iniciativas** * Instituir processo de trabalho para a elaboração da proposta orçamentária anual	**05 Iniciativas** * Realizar o Selo Boas Práticas * Avaliar o nível de maturidade em gestão de risco	**01 Iniciativa** Mapear e formalizar o processo de Planejamento de Aquisições e Contratações (com gerenciamento de riscos)

Apoio da estrutura de governança à capacidade de gerar valor

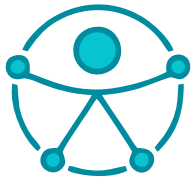
COMO A GOVERNANÇA CONTRIBUIU PARA A GERAÇÃO DE VALOR EM 2019

COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CGTIC)

QUANTIDADE DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2019: 09 (nove)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- priorizou o processo de biometria pela STIC, seguindo decisão da alta administração de concluí-lo em 2019 (a previsão era de finalizar somente em 2022);
- priorizou os investimentos na modernização da infraestrutura de rede, gerando maior segurança de disponibilidade dos serviços suportados pela rede, inclusive os relativos à eleição 2020, a partir da sua implementação, prevista para o início de 2020;
- atualizou o parque de computadores das zonas eleitorais. Esta ação permitirá a realização da eleição em ambiente computacional mais estável e seguro.



NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI)

QUANTIDADE DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2019: 04 (quatro)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- houve a instituição do Programa de Acessibilidade adaptado à Lei 13.146/2015 e a Resolução CNJ nº. 230/2016, por meio da Resolução TRE-MA nº. 9493/2019 (publicada no DJE em 27.8.2019), que também criou o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, o Cadastro da pessoa com deficiência, entre outras providências;
- concluiu o mapeamento acerca da acessibilidade de todas as dependências dos imóveis, onde funciona a Justiça Eleitoral do Maranhão para planejamento gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária e, nos futuros exercícios, de novas construções, ampliações, reformas e novas locações que atendam aos requisitos de acessibilidade.

OUVIDORIA

QUANTIDADE DE REUNIÕES
REALIZADAS EM 2019: 04 (quatro)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- apoiou a organização do II Colóquio do COPEJE (Colégio Permanente de Juristas da Justiça Eleitoral) com o tema A Criminalização do Caixa 2 na proposta da Lei Anticrime e suas consequências;
- trabalhou no desenvolvimento do projeto Cidadania Ativa, previsto para ser lançado em 2020;
- criação da memória da Ouvidoria, com a implantação da galeria de Ouvidores Eleitorais;
- criação do canal de comunicação via Whatsapp Business, Ouvizap Eleitoral;
- tratativas com a STIC do TRE-RN para cessão do sistema Fale Conosco pela ORE-RN para uso nesta ORE-MA.

NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL

QUANTIDADE DE REUNIÕES
REALIZADAS EM 2019: 06 (seis)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

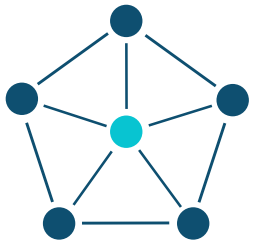
- proposta de logísticas integradas de veículos entre os órgãos parceiros da Ecoliga (criada com a finalidade de fomentar a gestão socioambiental);
- destinação adequada de resíduos e compras sustentáveis;
- tratativas sobre consumo sustentável, novos projetos e sugestões que gerem mais resultados e destaque para a sustentabilidade na esfera pública.

COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

QUANTIDADE DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2019: 03 (três)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- semana da Saúde e Bem-estar em agosto de 2019: controle de hipertensão e glicemia;
- palestra de Primeiros Socorros realizada pelo médico José Eduardo e transmitida pela intranet;
- treinamento de Prevenção e Combate a incêndio e Prevenção pré-hospitalar;
- indicação de Diagnóstico de Qualidade de Vida do Tribunal;
- vacinação de Servidores;
- outubro Rosa, Novembro azul e Setembro Amarelo;
- captação de doadores de sangue e de medula óssea;
- definição de Calendário de Qualidade de Vida 2020.



CONSELHO GESTOR COM O COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU

QUANTIDADE DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2019: 03 (três)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- analisou e ajustou a proposta orçamentária para Pleitos 2020;
- apreciou a Gestão dos Riscos dos processos de Eleição e definiu as ações de enfrentamento;
- deliberou sobre demandas dos servidores dos Cartórios Eleitorais;
- tratou sobre Segurança da Informação.

NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS (NAGR)

QUANTIDADE DE REUNIÕES
REALIZADAS EM 2019: 13 (treze)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- analisou os riscos dos processos de eleição para 2020 e sugeriu algumas ações de enfrentamento, com vistas à evitar que eventos causadores de riscos já identificados aconteçam e, caso venham a acontecer, à diminuir os impactos nas Eleições;

- participou do curso de Gestão de Continuidade de Negócio, visando instituir uma Política com essa finalidade.

COMITÊ DE GESTÃO DE PESSOAS

QUANTIDADE DE REUNIÕES
REALIZADAS EM 2019: 06 (seis)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- foram elaboradas minutas dos seguintes normativos: Resolução acerca de Teletrabalho; Portaria de Teletrabalho e Portaria de Critérios de Gestão da Frequência de servidores. Todas estão sob análise da Alta Administração.

COMISSÃO DE POLÍTICA DE GÊNERO (TRE MULHER)

QUANTIDADE DE REUNIÕES
REALIZADAS EM 2019: 01 (uma)

Ações implementadas/ deliberações / propostas / tratativas:

- Resolução TRE-MA nº 9.605/2019, que dispõe sobre a constituição de comissão permanente de estudo e promoção da igualdade de gênero.

4

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos e como a organização lida com esses riscos? | Inovações, principais desafios e ações futuras | Série histórica do desempenho | Comparativo entre TRE-MA e os demais Tribunais da JE (melhores práticas).

Gestão de riscos

Em 2017, o TRE-MA estabeleceu a Política de Gestão de Riscos, por meio da Resolução nº 9175/2017. Em 2018, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR), publicou o Manual da Gestão de Riscos e criou a planilha documentadora da gestão de riscos, que permite visualizar a prévia identificação e tratamento de eventos em potencial, cuja ocorrência podem comprometer os resultados da organização.

Entendendo que o processo de gerenciamento de riscos é cíclico e contínuo, em 2019 foi realizada a análise de riscos de todos os processos de eleição como etapa integrante do planejamento das eleições 2020.

PLANEJAMENTO DAS ELEIÇÕES 2020

Cronograma de **1.991** atividades dos **27** processos de eleição

Elaboração e validação de **100** fluxogramas (processos e subprocessos)

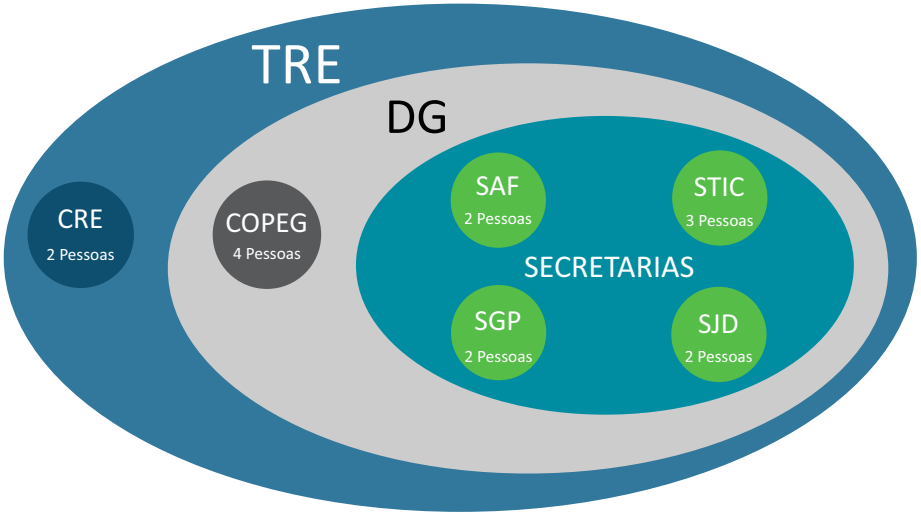
Atualização de **40** indicadores e metas

Identificação de **249** riscos

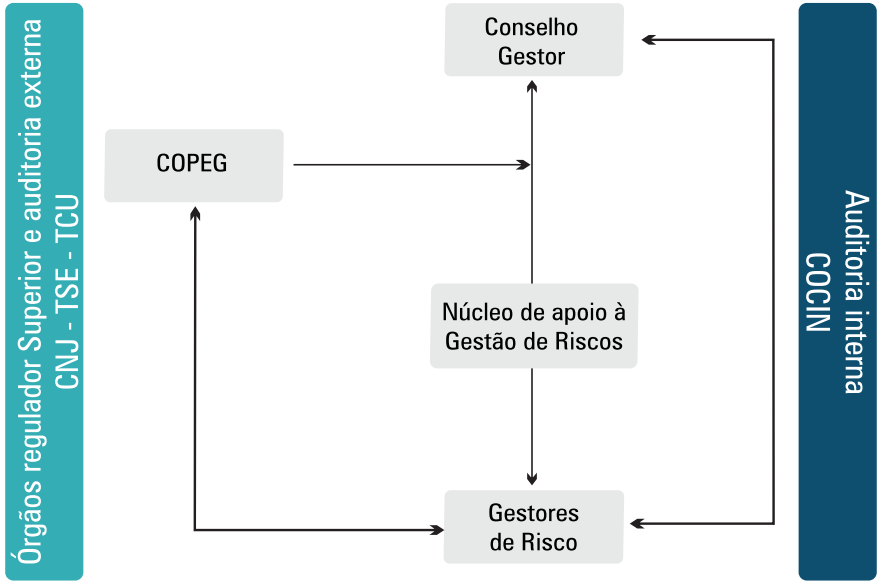
Classificação de **84** riscos altos e críticos, e, destes, **6** estão na categoria de estratégicos

Todos os riscos foram identificados pelos gerentes dos processos contando com a assessoria da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, em seguida, apreciados e reanalisados pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR) e, por fim, validados pelo Conselho Gestor e Comitê de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.

Vale ressaltar que o NAGR é constituído por representantes de todas as unidades da Secretaria do Tribunal. Foi pensado dessa forma para que os riscos fossem analisados da forma mais ampla possível com pessoas de visões e vivências de várias áreas de atuação.



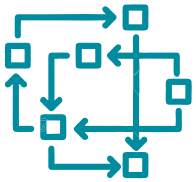
Assim, reforçamos a rede de governança estabelecida pela Política de Gestão de Riscos, que contempla as unidades organizacionais que detêm a atribuição de atuar nos controles internos e gerenciar riscos, posto que todos os gestores e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos são responsáveis por gerir os riscos das suas unidades administrativas.



Dado o sucesso da gestão de riscos dos processos de eleição, vislumbramos que esse trabalho poderá ser ampliado em 2020, à medida que os gestores das unidades administrativas mapeiem seus processos e analisem seus riscos. Diante disso, há perspectivas de que isso se realize em parte dos processos. Contudo, não podemos estabelecer uma meta, em virtude de ser um ano de eleição, em que os esforços estão voltados e devem ser priorizados para o negócio da organização.

Todavia, uma nova versão do Manual de Gestão de Riscos será publicada, com a pretensão de aproximar os usuários finais (gestores das unidades administrativas) das técnicas utilizadas por este Regional, primando pela simplicidade e resolução prática das dúvidas comuns. Vale destacar a observância ao objetivo principal da primeira versão: "estabelecer uma metodologia de Gerenciamento de Riscos simplificada e efetiva, alinhada à Política adotada por este Tribunal, a fim de melhor orientar os gestores na condução do gerenciamento dos riscos e estabelecer uma rede de governança interna, na qual estejam integrados os planos de tratamento de riscos elaborados pelos gestores de processos, projetos e atividades".

DESAFIOS FUTUROS



DIVULGAR AS METODOLOGIAS DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE RISCOS

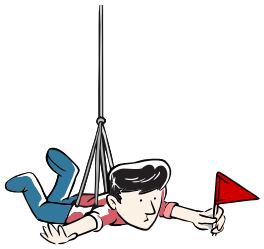
REVISAR O MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS E DE PROCESSOS

DEFINIR OS PROCESSOS CRÍTICOS DO ÓRGÃO (CADEIA DE VALOR)

TENTAR REALIZAR O MAPEAMENTO DE PROCESSOS E RISCOS DOS PROCESSOS CRÍTICOS DO TRIBUNAL, VISANDO ALCANÇAR 51% DO TOTAL, OU SEJA, A MAIOR PARTE

INICIAR A ANÁLISE DOS RISCOS NAS PARCERIAS FIRMADAS POR ESTE TRIBUNAL.

Posição do TRE-MA em relação aos 10 passos da cartilha TCU



Passo 1
Decida gerenciar riscos de forma proativa

Passo 2
Aprenda sobre gestão de riscos

Passo 3
Defina papéis e responsabilidades

Passo 4
Estabeleça a política de gestão de riscos

Passo 5
Defina o processo de gestão de riscos

Passo 6
Identifique os riscos-chave

Passo 7
Trate e monitore os riscos-chave

TRE-MA

Passo 8
Mantenha canais de comunicação com as partes interessadas

Passo 9
Incorpore a gestão de riscos aos processos organizacionais

Passo 10
Avalie e aprimore a gestão de riscos

Conclusão

Imagem adaptada da cartilha "10 PASSOS PARA A BOA GESTÃO DE RISCOS". Acesso em:https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/10-passos-para-a-boa-gestao-de-riscos.htm

5

PRINCIPAIS RESULTADOS

Eleições | Prestação Jurisdicional | Desempenho

BIOMETRIA 2019

Por decisão da Alta Administração, no início de 2019, foi ampliado o escopo do projeto biometria com a definição de uma nova meta: contemplando todo o Estado até dezembro/2019.

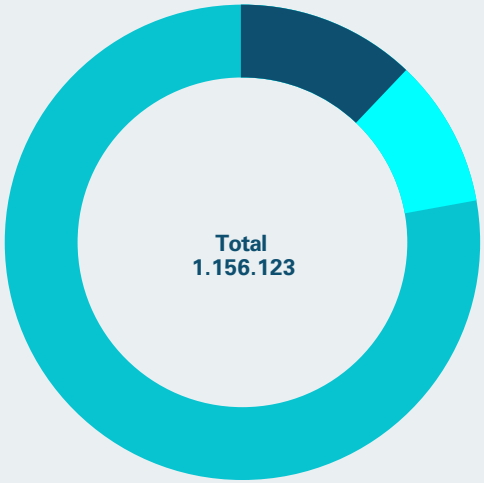
Assim, com apoio financeiro do TSE e a parceria de diversas Prefeituras (que cederam espaço físico, mão-de-obra e link de internet), foi possível concluir, no prazo estabelecido, estendendo a Biometria para os 123 municípios do Maranhão que faltavam ser incluídos nesse projeto.

Importante destacar que, inicialmente, a previsão era concluir a Biometria em 63 municípios até maio/2020. Os demais seriam realizados apenas no ciclo 2021-2022.

Período 18 de fevereiro a 12 de dezembro de 2019

Municípios atendidos 123

OPERAÇÕES EM 2019



Alistamentos
142.193
12,30%

Transferências
115.153
9,96%

Revisões
898.777
77,74%

ELEITORADO ATUAL COM BIOMETRIA

Quantitativo 4.530.876

Percentual 100%

PLANEJAMENTO ELEIÇÕES 2020

Durante o ano de 2019 planejamos as eleições de 2020, solicitamos o orçamento necessário, mapeamos os processos de eleição, 27 ao todo, com detalhamento das atividades, definição de cronogramas, indicadores e metas, além da identificação, análise e valoração dos riscos; e planejamento e priorização das ações de enfrentamento aos riscos.

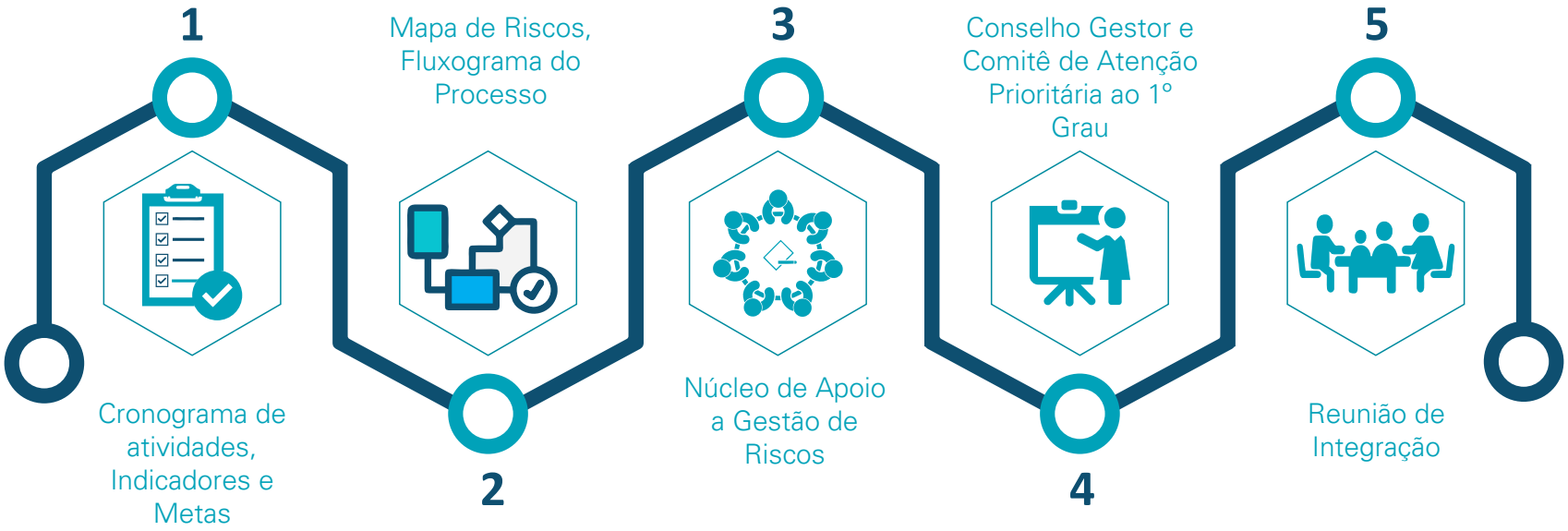
Para cada um dos 27 processos de eleição há um gerente e um substituto, os quais, assessorados pela SEPLA/COPEG (Seção de Planejamento e Desenvolvimento da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão), analisaram as propostas de melhorias e os relatórios das duas eleições anteriores, fizeram uma autoanálise de sua atuação à frente do processo e repensaram suas metas, tudo isso antes de começarem o planejamento propriamente dito.

Após providenciar toda a documentação necessária, os gerentes apresentaram seus planos ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos e, em seguida, ao Conselho Gestor e Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau.

Com o propósito de alinhar as atividades conjuntas, sincronizar cronograma, debater necessidades e sanar as dificuldades enfrentadas em eleições anteriores, houve ainda as seguintes reuniões de integração temáticas: Contratações, Capacitação, Recrutamento, Suporte local, Veículos e Segurança.

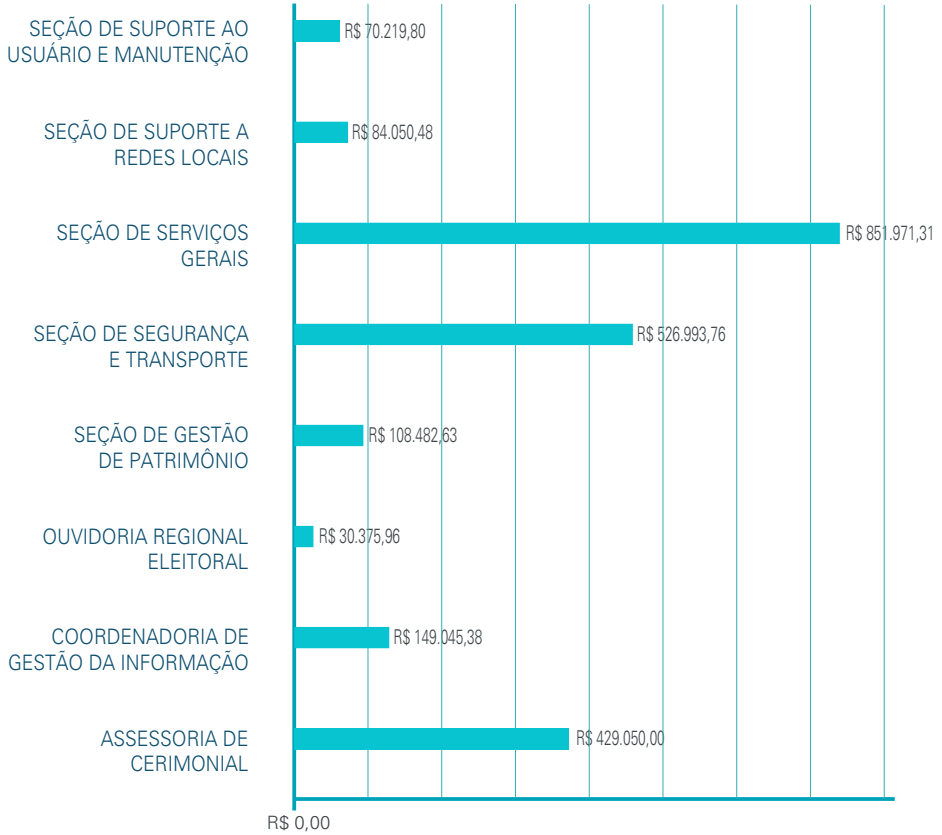
Por fim, tudo foi sistematiza do e publicado no Plano Integrado Eleições 2020.

PLANEJAMENTO ELEIÇÕES 2020 - Reuniões



ORÇAMENTO DAS ELEIÇÕES 2020

A principal atividade do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão é fazer eleições. Por esta razão, em 2019, planejamos as eleições 2020 e solicitamos orçamento no valor de R$ 19.737.629,00, dentre os quais o montante de R$ 17.487.439,68 está diretamente relacionado aos processos de eleição, conforme demonstra o quadro abaixo. Frise-se que tais valores se referem aos dois turnos de eleição.



ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS

Dentre as ações relativas a realização de eleições não oficiais desenvolvidas por este Tribunal em 2019, destacamos a realização de eleições para conselheiros tutelares em 11 municípios, com destaque para capital onde foram realizadas eleições para 11 conselhos.

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

MUNICÍPIO	URNAS
AÇAILANDIA	31
BACABAL	17
BALSAS	15
CAXIAS	25
IMPERATRIZ	66
PAÇO LUMIAR	25

MUNICÍPIO	URNAS
RAPOSA	6
SANTA INES	22
SÃO JOSE RIBAMAR	36
SÃO LUÍS	210
TIMON	27

Foram utilizadas nessas eleições um total de **480** urnas eletrônicas.

ELEIÇÃO MOINHOS CRUZEIRO DO SUL

MUNICÍPIO	URNAS
SÃO LUÍS	2

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA AS ELEIÇÕES 2020

Para a eleição municipal de 2020 vislumbramos um cenário diferenciado onde antigos e novos desafios se apresentam de forma bem cristalina.

Em primeiro lugar devemos considerar o envelhecimento do parque de urnas do TRE-MA. Essa será a primeira eleição que trabalharemos com urnas eletrônicas com mais de dez anos de uso (modelo 2009). Além disso, com a impossibilidade de uso das urnas modelos 2006 e 2008, devido a defasem tecnológica, aliado a certeza de que não teremos urnas novas a tempo (modelo 2020).

Como agravante, teremos ainda redução do número de urnas eletrônicas disponíveis, tanto para as seções como para contingências, e, consequentemente, o aumento do número de eleitores por seção (de 425 a 500). Diante disso, será necessário traçar planos para que não haja filas muito longas ou muita demora no processo de votação.

Importante destacar que eleitores de 125 municípios, representando um pouco mais de 1.000.000, estarão votando pela primeira vez em seções com biometria.

Por fim, a possibilidade de circulação em larga escala de fake news relacionadas às eleições, e em especial às urnas eletrônicas, nas redes sociais, como ocorreu no pleito passado, é uma questão de difícil enfrentamento, e ainda não totalmente equacionada pela Justiça Eleitoral.

RESUMO

- Envelhecimento do parque de urnas eletrônicas. Pela primeira vez utilizaremos urnas com mais de 10 anos de fabricação
- 125 municípios do Maranhão realizarão eleições utilizando a biometria pela primeira vez
- Aumento do limite do número de eleitores por seção de votação, cerca de 425 a 500 eleitores em cada uma
- Redução do quantitativo de urnas disponíveis para contingências
- Combate às Fake News

Prestação Jurisdicional

ESTATÍSTICA PROCESSUAL

1º GRAU

Processos Autuados

No ano de 2019, foram autuados **2.977** processos judiciais, sendo em sua grande maioria da classe de Prestação de Contas, conforme relatório abaixo extraído do sistema SADP.

AC	1	AP	41
AE	1	PC	2.627
AIJE	2	PET	298
AIME	1	RP	6
		Total	2.977

Processos Julgados

Com o empenho dos juízes de 1° grau, acompa-nhados pela atuação direta da Corregedoria Regional Eleitoral, houve o julgamento de **4.447** processos judiciais, conforme relatório abaixo extraído do sistema SADP.

AC	7	AP	127
AIJE	7	CART	5
AIME	3	CIE	7
DPI	20	PA	139
EF	8	PC	3.686
EP	1	PET	251
FP	25	RCAND	1
HC	1	RP	93
INQ	41	RSE	3
NC	22	Total	4.447

Processos Tramitando

No início do atual período de aferição, tramitavam nas zonas eleitorais **3.575** processos.

Ressalte-se que a quantidade processos trami-tando no final do período de 2019 1° grau de jurisdição do TRE-MA era de **1.772** processos.

AC	1	EP	4
AE	1	FP	2
AIJE	18	INQ	49
AIME	2	NC	47
AP	143	PA	98
CART	52	PC	1.045
CIE	2	PET	83
CMR	18	RCAND	10
DPI	11	RP	165
EE	1	RSE	1
EF	19	Total	1.772

2º GRAU

TOTAL DE AUTUAÇÕES	193

RE	89	PET	32
AIME	2	RHC	1
PC	45	CC	2
HC	2	MS	5
RP	4	INQ	2
RC	8	EXC	1

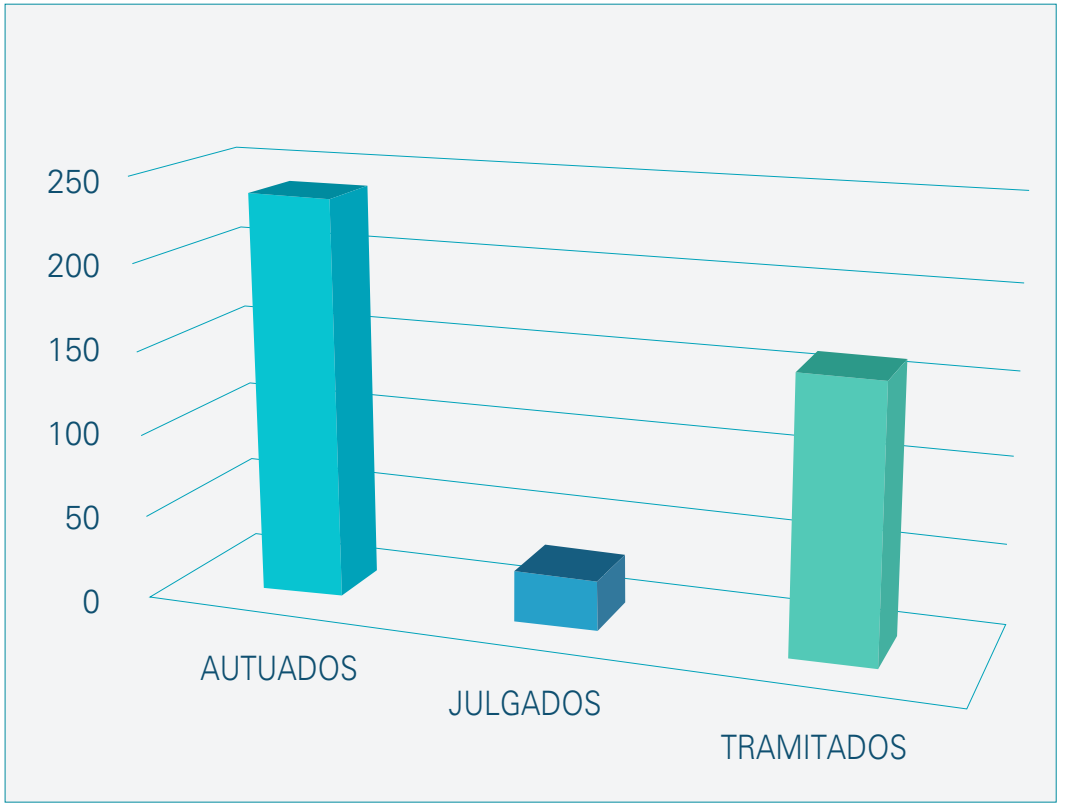
DECISÕES MONOCRÁTICAS	193
ACÓRDÃOS	523
RESOLUÇÕES	183
DECISÕES PROFERIDAS	899
DESPACHOS	2.225
CITAÇÕES	404
INTIMAÇÕES	3.480
EDITAIS	160
CERTIDÕES	3.190
SESSÕES ORDINÁRIAS	98

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE

O TRE-MA iniciou a implantação do processo judicial eletrônico (PJE) nas zonas eleitorais, em 2019, projeto capitaneado pela Corregedoria Regional Eleitoral. Sendo que o ano foi finalizado com o PJE implantado em todas as zonas eleitorais do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, verifica-se que foram autuados 238 (duzentos e trinta e oito) processos judiciais de 1° grau no sistema PJE, sendo que 30 (trinta) foram julgados e 144 (cento e quarenta e quatro) despachos foram exarados até o final do ano. No final do período de referência (ano de 2019), 161 (cento e sessenta e um) processos estavam tramitando.

Apresenta-se a seguir gráfico com o quantitativo de processos que foram autuados, julgados e tramitados no PJE do início da implantação até o final do ano de 2019:



Desempenho

RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO (CNJ)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Portaria n. 95, de 25 de junho de 2019, para divulgar os critérios de avaliação e pontuação a serem utilizados na elaboração da segunda edição do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – ano 2019. O Ranking, instituído pela Resolução CNJ n. 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada. Os órgãos responderam o questionário eletrônico até 19 de julho. Os dados foram consolidados até setembro.

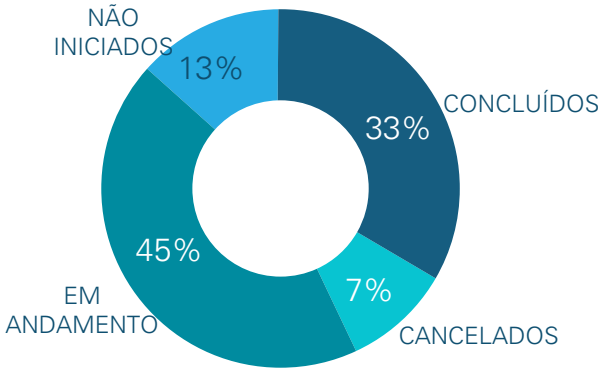
Os itens sob avaliação foram divididos em nove categorias dentro de dois grupos: transparência ativa e transparência passiva. Os critérios de transparência ativa dizem respeito às informações publicadas na página eletrônica do órgão, como estrutura organizacional, serviço de informações ao cidadão, possibilidade de extração de relatórios e se o órgão divulga, por exemplo, dados relativos à remuneração e proventos de membros, servidores, pensionistas e colaboradores. Já os critérios relacionados à transparência passiva dizem respeito à possibilidade de solicitar informações, disponibilidade de banco de dados pesquisável e visibilidade do telefone de contato, por exemplo.

EM 2019, COM 76,23 %, O TRE-MA FICOU NA 19ª POSIÇÃO ENTRE OS 27 TRES.

PLANO ESTRATÉGICO

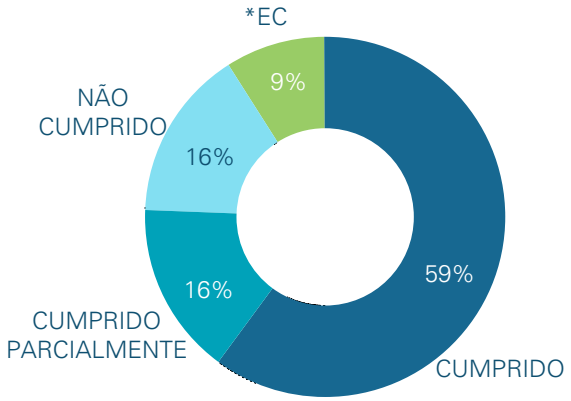
PLANEJAMENTO ORGANIZACIOAL, GOVERNANÇA E RESULTADOS

PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS



CONCLUÍDOS	25
CANCELADOS	7
EM ANDAMENTO	33
NÃO INICIADOS	10
TOTAL	75

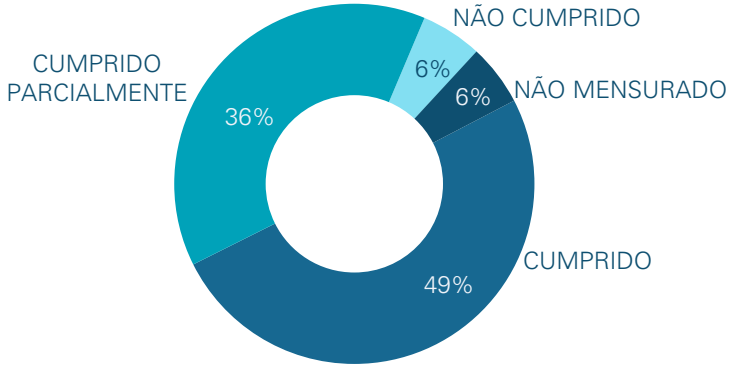
INDICADORES DE APOIO



CUMPRIDO	27
CUMPRIDO PARCIALMENTE	7
NÃO CUMPRIDO	7
*EC	4
NÃO MENSURADO	0
** NSA	18
TOTAL S/ NSA	45
TOTAL	63

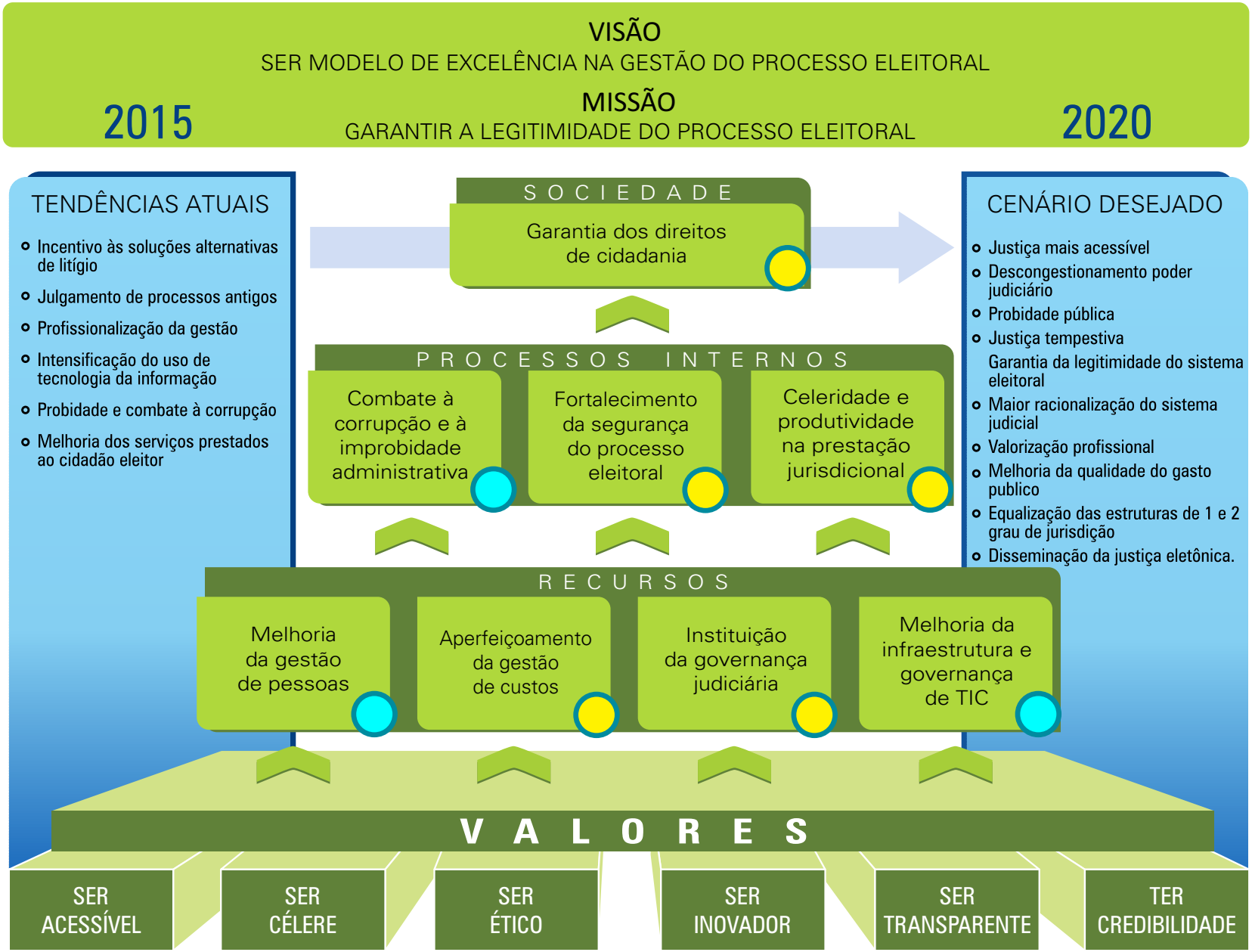
*EM CONSTRUÇÃO
** NÃO SE APLICA AO PERÍODO

INDICADORES ESTRATÉGICOS



CUMPRIDO	9
CUMPRIDO PARCIALMENTE	7
NÃO CUMPRIDO	1
*EC	0
NÃO MENSURADO	1
** NSA	3
TOTAL S/ NSA	18
TOTAL	21

*EM CONSTRUÇÃO
** NÃO SE APLICA AO PERÍODO


VISÃO
SER MODELO DE EXCELÊNCIA NA GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL
2015
MISSÃO
GARANTIR A LEGITIMIDADE DO PROCESSO ELEITORAL
2020
TENDÊNCIAS ATUAIS
Incentivo às soluções alternativas de litígio
Julgamento de processos antigos
Profissionalização da gestão
Intensificação do uso de tecnologia da informação
Probidade e combate à corrupção
Melhoria dos serviços prestados ao cidadão eleitor
SOCIEDADE
Garantia dos direitos de cidadania
PROCESSOS INTERNOS
Combate à corrupção e à improbidade administrativa
Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
RECURSOS
Melhoria da gestão de pessoas
Aperfeiçoamento da gestão de custos
Instituição da governança judiciária
Melhoria da infraestrutura e governança de TIC
CENÁRIO DESEJADO
Justiça mais acessível
Descongestionamento poder judiciário
Probidade pública
Justiça tempestiva
Garantia da legitimidade do sistema eleitoral
Maior racionalização do sistema judicial
Valorização profissional
Melhoria da qualidade do gasto publico
Equalização das estruturas de 1 e 2 grau de jurisdição
Disseminação da justiça eletônica.
VALORES
SER ACESSÍVEL
SER CÉLERE
SER ÉTICO
SER INOVADOR
SER TRANSPARENTE
TER CREDIBILIDADE

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2019

375
SCORE DO
TOTAL DE **580**

DOS 27 REQUISITOS COBRADOS
PELO CNJ, O TRE-MA CUMPRIU:

ITENS A MELHORAR

NÃO CUMPRIDOS

- IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS
- TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES
- METAS NACIONAIS
- JUSTIÇA EM NÚMEROS E MÓDULO DE PRODUTIVIDADE MENSAL

CUMPRIDOS PARCIALMENTE

- ÍNDICE DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM TIC
- SOCIOAMBIENTAL
- JULGAR OS PROCESSOS ANTIGOS
- RANKING DA TRANSPARÊNCIA

O PRÊMIO

3 EIXOS TEMÁTICOS SÃO AVALIADOS

- GOVERNANÇA
- PRODUTIVIDADE
- TRANSPARÊNCIA E INFORMAÇÃO

5 POSSÍVEIS CATEGORIAS PARA OS TRE,S

- PRÊMIO EXCELÊNCIA
- PRÊMIO MELHOR DO ANO
- DIAMANTE
- OURO
- PRATA

*A classificação do Tribunal nas categorias leva em consideração sua pontuação relativa e o desempenho dos demais tribunais.

6

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Pessoas | Tecnologia da Informação | Licitações e Contratos | Infraestrutura e Gestão Patrimonial | Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil | Gestão de Custos | Sustentabilidade Ambiental | Comissão TRE Mulheres | Comissão de Acessibilidade | Atendimento Demandas TCU

CONFORMIDADE LEGAL

Legislação aplicada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade que instrumentaliza e operacionaliza os mecanismos da governança e de gestão de pessoas do TRE-MA. Para assegurar a conformidade com a lei 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, a SGP deste Tribunal, além de normativos próprios, segue orientações e determinações do Tribunal Superior Eleitoral, bem como dos órgãos de direcionamento e controle do Judiciário, principalmente aquelas emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Contas da União (TCU).

APONTAMENTOS DO TCU

O TCU, desde 2013, vem diagnosticando e monitorando a realidade da Gestão de Pessoas dos órgãos da Administração Pública Federal, através dos seus levantamentos de governança e gestão. Já foram proferidos os acórdãos 3.023/2013, 358/2017, 588/2018 e 2699/2018, recomendando a todos os órgãos da Administração Pública Federal a adoção de medidas para promover maior comprometimento da alta administração com a eficiência, efetividade e transparência da gestão de pessoas, em busca de melhores resultados para a sociedade.

O resultado do acórdão mais recente de 2018 apontou que o TRE-MA apresentou evolução, passando para o estágio intermediário em Governança (iGovPessoas - 56%) e, mesmo permanecendo em estágio inicial na capacidade de gestão de pessoas (iGestPessoas - 36%), já se encontra perto do limite da transição para o intermediário.

Quando comparado com os demais TREs, apresenta resultados significativos, alcançando o 2º lugar em governança de pessoas e 13º em capacidade de gestão.

DIRECIONAMENTO DO CNJ

Seguindo a mesma linha do TCU, nos últimos cinco anos, o CNJ vem expedindo um conjunto de Resoluções em busca de orientar e direcionar a Gestão de Pessoas dos Tribunais.

A Resolução CNJ nº. 192/2014 instituiu a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário. A Resolução CNJ nº. 207/2015 instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. A Resolução CNJ nº. 219/2016 dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus. E a Resolução CNJ nº. 240/2016 instituiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário. Em todas elas, o CNJ determina aos Tribunais que promovam ações visando às suas implementações.

O TRE-MA, respeitando o seu nível de maturidade organizacional, vem observando cada uma delas e passou a envidar esforços racionais em busca de uma gestão alinhada aos anseios institucionais.
Em decorrência, em 2017, foi instituída a Política de Gestão de Pessoas, através da Resolução 9112/2017, com objetivo de alinhar as práticas de gestão de pessoas à missão, aos objetivos estratégicos e aos indicadores organizacionais.

A política traçou 7 linhas de ação, as quais representam os processos de trabalho da área de gestão de pessoas, direcionando as principais atividades e viabilizando a implantação das ações: gestão por competência; desenvolvimento gerencial; política de reconhecimento; gestão do clima organizacional; qualidade de vida; lotação e movimentação; e treinamento e capacitação.

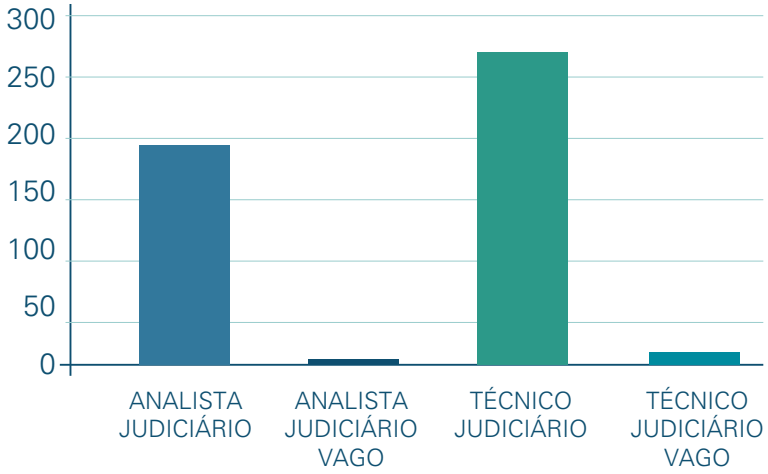
Além da Política, foi expedida a Portaria 211/2019, instituindo e compondo o Comitê Local de Gestão de Pessoas e o Comitê de Atenção Integral a Saúde de Magistrados e Servidores, visando criar estruturas de governança para assegurar que as decisões e as ações relativas à gestão de pessoas estejam alinhadas às necessidades da organização.

FORÇA DE TRABALHO

Quadro de Pessoal

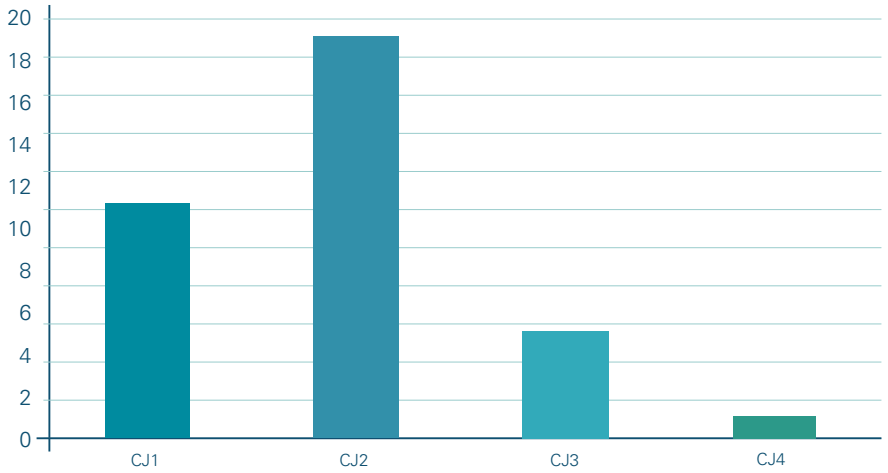
O quadro de vagas do TRE-MA é composto por 487 cargos efetivos, que decorrem de criação por lei específica, da redistribuição com outros órgãos do Poder Judiciário da União, além de 36 cargos comissionados, escalonados de CJ-1 a CJ-4, e 374 funções de confiança, estas, escalonadas de FC-1 a FC-6.

CARGOS EFETIVOS (487)



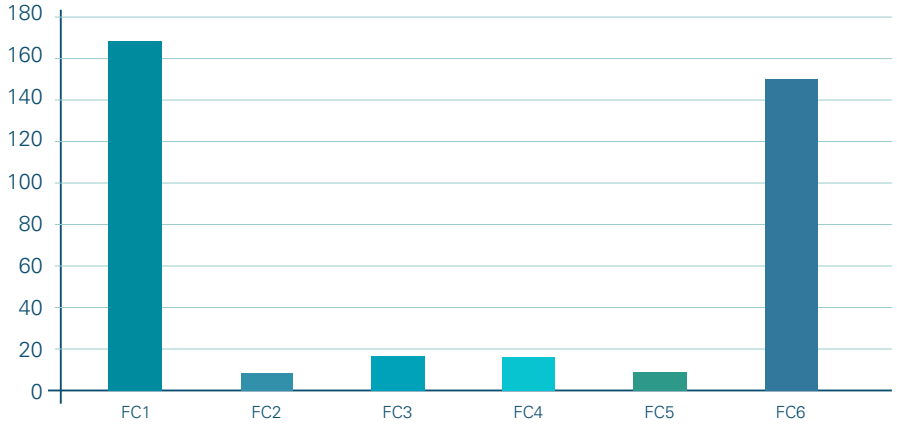
ANALISTA JUDICIÁRIO	196	TÉCNICO JUDICIÁRIO	278
ANALISTA JUDICIÁRIO VAGO	5	TÉCNICO JUDICIÁRIO VAGO	8

CARGOS COMISSIONADOS (36)



CJ1	11	CJ3	5
CJ2	19	CJ4	1

FUNÇÕES COMISSIONADAS (374)



FC1	172	FC4	16
FC2	8	FC5	8
FC3	17	FC6	153

SITUAÇÃO FUNCIONAL

O TRE-MA, no ano de 2019, contou com 474 servidores ativos, a maioria em exercício no próprio Tribunal, e os demais em exercício em outros órgãos – em decorrências de cessões, licenças e remoções, além de 47 servidores na qualidade de inativos.

ATIVOS EM EXERCÍCIO NO TRE-MA	388
ATIVOS REMOVIDOS	66
INATIVOS	47
ATIVOS CEDIDOS	11
ATIVOS LICENCIADOS	9

FORÇA EFETIVA DE TRABALHO

A força de trabalho representa a concreta capacidade laboral de servidores em exercício no Tribunal, na condição de efetivo do próprio quadro do TRE-MA e de outros órgãos – na qualidade de removido, licenciado, cedidos e requisitado, além dos servidores sem vínculo que exercem cargos comissionados. Em 2019, o Tribunal dispôs da força de trabalho de 655 servidores.

OCUPAÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS

As funções comissionadas de natureza gerencial, bem como os cargos comissionados, são aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, exigindo-se do titular formação superior e participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

No TRE-MA existem 197 cargos gerenciais, dentre os quais figuram todos os cargos comissionados e as funções comissionadas FC-5 e FC-6.

CARGOS GERENCIAIS X COMISSIONAMENTO (197)

FC5	8	CJ1	11	CJ3	5
FC6	153	CJ2	19	CJ4	1

CARGOS GERENCIAIS X SITUAÇÃO FUNCIONAL (197)

EFETIVO	174	CEDIDO	6
REQUISITADO	5	SEM VÍNCULO	12

UNIDADE DE EXERCÍCIO

A maior parte da força de trabalho do TRE-MA está concentrada nas zonas eleitorais.

SECRETARIA	38%
ZONAS ELEITORAIS	62%
TOTAL	655

CARREIRA DOS SERVIDORES

A carreira dos servidores vai da Classe-Padrão A1, ao ingressar no cargo, à Classe–Padrão C13. As movimentações ocorrem a cada interstício de 1 (um) ano. A maior parte dos servidores do TRE-MA encontra-se na Classe-Padrão C13 (63,5%), ou seja, estão em exercício há mais de 12 anos.

CLASSE-PADRÃO	ANALISTAS	TÉCNICOS	TOTAL
A1	2	1	3
A2	1	0	1
A3	29	15	44
A4	6	33	39
A5	1	0	1
B6	0	4	4
B7	2	5	7
B8	6	8	14
B9	4	6	10
B10	5	11	16
C11	10	15	25
C12	5	4	9
C13	125	176	301
TOTAL	196	278	474

MOVIMENTAÇÕES NA CARREIRA EM 2019

Em 2019, eram esperadas 192 movimentações na carreira dos servidores, das quais 139 foram realizadas e 53 deixaram de acontecer. Vale destacar que, com as progressões funcionais e promoções, o servidor faz jus a uma remuneração melhor, mas isso só acontece após a avaliação de seu desempenho funcional e da comprovação que se mantém sendo capacitado.

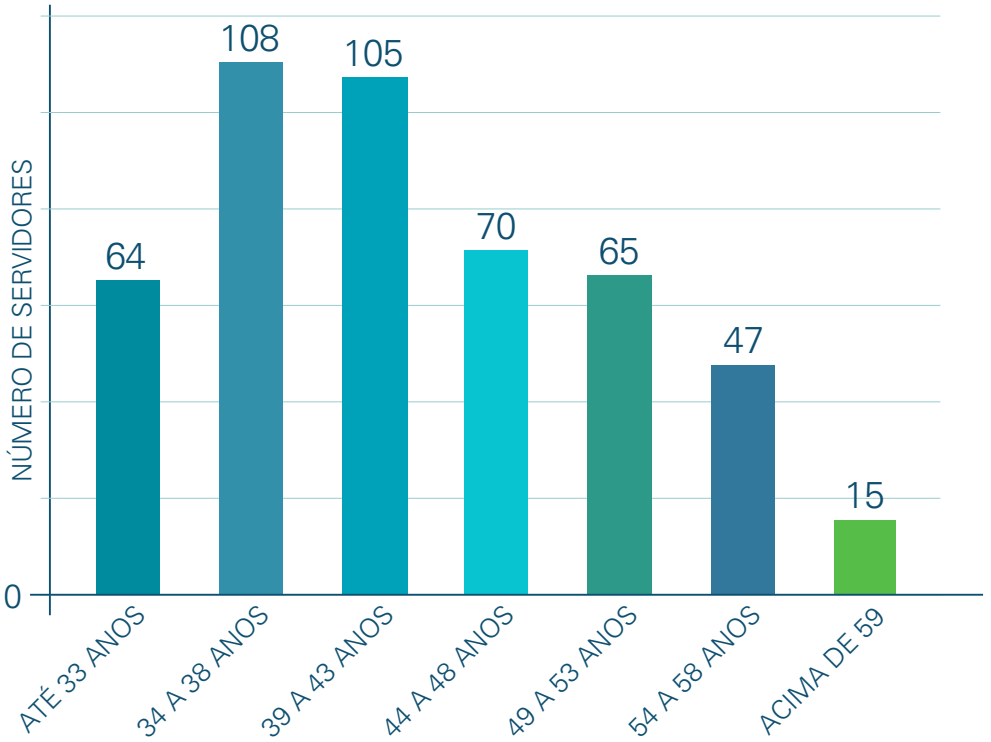
GÊNERO

Predomina no TRE-MA o gênero masculino na força de trabalho ativa, contudo, entre os servidores aposentados, a maioria pertence ao sexo feminino.

MASCULINO - ATIVOS	305
MASCULINO - INATIVOS	18
FEMININO - ATIVOS	169
FEMININO - INATIVOS	29

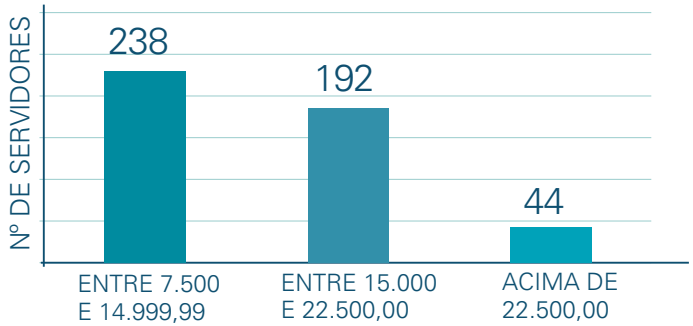
FAIXA ETÁRIA

O Tribunal é composto em sua maioria por servidores jovens, que possuem perspectiva de passarem aproximadamente mais 20 anos em atividade. Do total, 277 servidores têm até 43 anos.



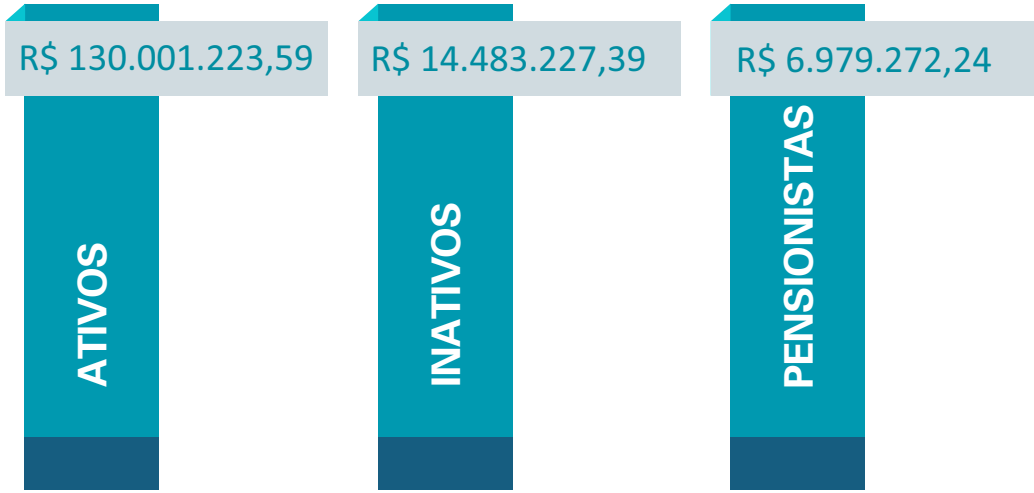
FAIXA SALARIAL

A faixa de renda predominante nos servidores efetivos do quadro do Tribunal figura entre R$ 7.500 e 14.999,99.



DESPESA COM ATIVO, INATIVO E PENSIONISTA

A despesa mais representativa é com os ativos, justificada pela quantidade superior em comparação com os aposentados, que são apenas 47, e com os pensionistas, que são apenas 32.



DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

As tabelas contendo informações sobre estruturas remuneratórias dos servidores efetivos e comissionados, assim como dos membros da magistratura estão disponíveis no portal da transparência do TRE-MA, em:

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - CARGOS EFETIVOS

http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii- estrutura-remuneratoria-cargos-efetivos

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii-estrutura-remuneratoria-cargos-em-comissao-e-

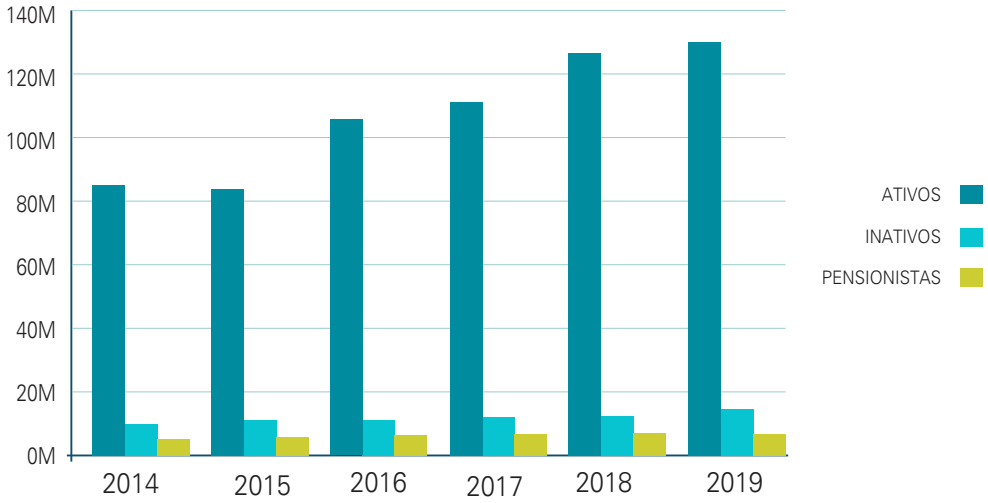
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA - MEMBROS DA MAGISTRATURA

http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii- estrutura-remuneratoria-membros-magistratura

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

O aumento das despesas de pessoal nos últimos anos justifica-se pela implantação do Plano de Cargos e Salários (Lei 13.317/16), cuja última parcela de implantação ocorreu em janeiro/2019, bem como do advento da Lei 13.150/2015, que criou 38 novos cargos e mais 130 funções gratificadas, além de transformar outras 92 funções de nível FC1 em FC6.

ANO	ATIVOS (R$)	INATIVOS (R$)	PENSIONISTAS (R$)
2014	85.312.326,21	9.866.929,29	5.567.296,21
2015	83.549.681,90	11.273.159,83	6.130.625,23
2016	105.807.778,59	11.245.649,08	6.659.268,35
2017	111.040.259,03	12.304.298,26	7.089.195,96
2018	126.603.946,91	12.745.514,71	7.162.520,53
2019	130.001.223,59	14.483.227,39	6.979.272,24



CAPACITAÇÃO

A capacitação dos servidores é norteada pela Plano Anual de Capacitação (PAC), que, alinhado ao Plano de Gestão deste Tribunal, à Resolução TSE nº 22.572/2007 e ao orçamento disponível, consubstancia as necessidades apresentadas pelos gestores das Unidades no início de cada exercício. Esforços estão sendo envidados para que esse Levantamento de Necessidade de Capacitação seja substituído pela Gestão por Competência, ainda em fase de implementação.

Em 2019 este Regional viabilizou a participação de 335 (trezentos e trinta e cinco) servidores em 58 (cinquenta e oito) eventos de capacitação, nas áreas de Tecnologia da Informação, Judiciária, Administrativa, Gestão de Pessoas e Línguas (Libras), merecendo destaque os cursos realizados na modalidade EaD, que alcançam um grande número de participantes e favorecem a aplicação otimizada dos recursos disponíveis.

RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O Recrutamento de servidores acontece por meio de concurso público. O último realizado aconteceu em 2015 e o prazo de vigência expirou em 21/12/2019. Foram nomeados 45 analistas judiciários e 57 técnicos judiciários.

A primeira alocação do servidor é escolhida em audiência pública para locais com lotações disponíveis, respeitando a ordem de classificação, exceto para cargos privativos da secretaria.
As movimentações internas acontecem de acordo com a necessidade da organização e, sempre que possível, por interesse do próprio servidor, respeitando seu perfil. A Gestão por competência em implantação visa subsidiar a administração nessa tomada de decisão.

Um representativo avanço no TRE-MA é o processo de recrutamento e seleção de servidores para formação de comissões e grupos de trabalho. As vagas são ofertadas por meio de sistema informatizado próprio e respeitando critérios de pontuação técnicos, transparentes e impessoais, dando ampla divulgação e acesso universal para que os interessados em concorrer.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

A instituição da Política de Gestão de Pessoas do Tribunal representou um importante avanço no direcionamento da área. Tal qual representará a instituição do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas que, dentro do critério lógico de evolução, ocorrerá em 2020.

Outra importante evolução da SGP prevista para 2020 será alcançar um estágio mais maduro na sua concepção e nas práticas da Gestão de Pessoas por Competência (GpC).

A GpC é um sistema integrado de gestão de pessoas que considera que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos colaboradores contribuem para alcançar os objetivos organizacionais. Portanto, faz-se necessário identificar, medir e desenvolver continuamente essas competências.

Em 2020 está previsto o Ciclo de Avaliação dos Gestores e Servidores do TRE-MA, que permitirá descobrir as lacunas de desenvolvimento (gaps) de cada servidor e traçar um plano de desenvolvimento individual. Essa prática permitirá, em breve, que o Plano Anual de Capacitação (PAC) seja realizado com base nos resultados das avaliações e nos planos criados em conjunto com os gestores, otimizando, dessa forma, os recursos de capacitação.

Visando criar bases para um amadurecimento racional dos processos internos da Secretaria de Gestão de Pessoas foram mapeados todos os processos de trabalho em 2018 e os mesmos serão redesenhados em 2020, em contraposição a uma excessiva burocracia existente, que não agrega valor, traz retrabalho e desperdício de recursos, afastando os gestores da sua principal missão de existir: gerir.

Outros importantes projetos estão previstos para acontecer em 2020, como criar um Plano de Riscos para a Gestão de Pessoas; definir os requisitos objetivos mínimos de acesso (formação e experiência) para cada papel gerencial do Tribunal; instituir o Teletrabalho; e dimensionar, sob orientação do Tribunal Superior Eleitoral, a força de trabalho por unidade.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Modelo de governança de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão está alinhado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução nº 211/2015.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, O TRE-MA observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, CNJ e demais órgãos de controle externo.

MONTANTE DE RECURSOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

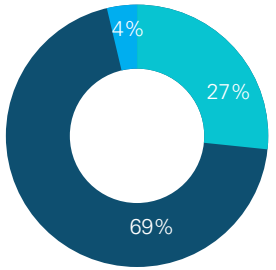
O total de despesas empenhadas representou um acréscimo de 54,71% em relação a 2018. Esse resultado deveu-se as repactuações contratuais, novas contratações de serviços de suporte ao usuário, bem como novos investimentos em equipamentos e software, objetivando preparar a infraestrutura de TI para a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) na primeira instância. Os principais gastos de custeio estão relacionados a serviços de suporte de infraestrutura/usuário e telecomunicações, representando respectivamente 27% e 69% do total.

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		VALOR PAGO EM RESTOS A PAGAR	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019
INVESTIMENTO	1,76	5,91	0,84	1,64	0,92	4,27
CUSTEIO	5,77	5,74	4,77	5,17	1,00	0,57
TOTAL	7,53	11,65	5,61	6,81	1,92	4,84

Fonte: SIAFI - Gerencial

Valores expressos em milhões

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DE TI



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As contratações mais relevantes com empresas privadas via aquisição de equipamentos/software atingiram aproximadamente 2,5 milhões. Essas contratações objetivaram a substituição de ativos de rede que estavam tecnologicamente defasados e sem suporte, bem como a atualização do software de backup. Essa nova estrutura está tecnicamente alinhada ao avanço tecnológico que representa o novo Datacenter deste Tribunal.

PRINCIPAIS INICIATIVAS/ SISTEMAS

Dos projetos que compõem o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) para biênio 2018-2019, 14 tinham a conclusão prevista para 2019. Destes apenas 2 foram efetivamente finalizados.

A mudança implementada no escopo do projeto institucional de Recadastramento Biométrico dos Eleitores do estado, promovida pela Alta Administração do Tribunal no início de 2019, com a antecipação de sua conclusão para dezembro de 2019, quando inicialmente a previsão era para 2022, gerou uma demanda muito grande de serviços para a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, foi necessário realizar um redirecionamento da maior parte de sua força de trabalho para esse projeto, tendo como consequência direta, o adiamento de vários projetos constantes do PDTIC.

OS TRÊS PRINCIPAIS SISTEMAS DESENVOLVIDOS:

SIGGO Sistema de Estratégia, Gestão e Governança – controla os indicadores do Tribunal, das Secretarias e dos setores além dos projetos dos três níveis;

ACOR Acompanhamento Orçamentário e Gestão de Contratos;

SALUS Sistema de Prontuário Médico e Requisição de Licenças e Afastamentos médicos.

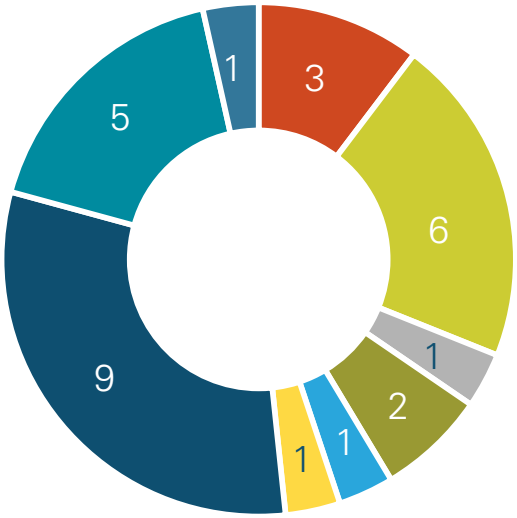
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Adotamos a Política de Segurança da Informação (PSI) do TSE, criando a estrutura funcional e normativos estabelecidos na PSI, além de dar início à conscientização dos servidores visando o aumento do nível de maturidade com questões de segurança de TIC.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Para o biênio 2020-2021 está previsto um total de 29 projetos para serem realizados. Destes, 25 deverão ser concluídos em 2020 e os 4 restantes em 2021. Tais projetos são categorizados pelo Objetivo Estratégico ao qual esteja vinculado.

QUANTIDADE DE PROJETOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICA BIÊNIO 2020-2021



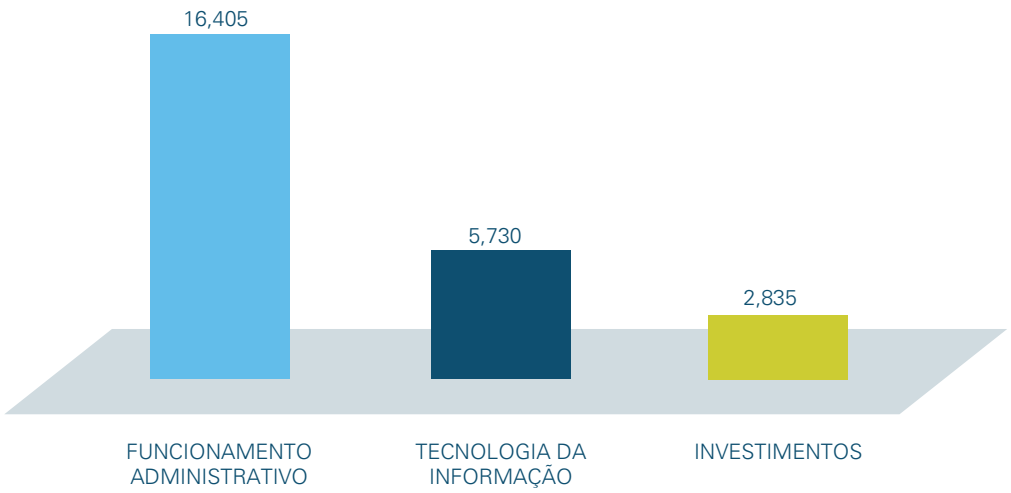
- Aprimorar a Gestão de Projetos de desenvolvimento de Software
- Aprimorar a Gestão de serviços
- Aprimorar a Gestão Orçamentária
- Aprimorar a Segurança da Informação em TIC
- Aprimorar as Contratações de TIC
- Assegurar a Satisfação dos Usuários de TIC
- Contribuir para o aprimoramento do processo eleitoral
- Garantir a infraestrutura de TIC
- Garantir o Desenvolvimento de Competências e Habilidades

Licitações e contratos

CONFORMIDADE LEGAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conta com a Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura e de acordo com as competências estabelecidas na Resolução 7044/2007 (Regulamento Interno), garante a conformidade das contratações com as normas vigentes.

GASTOS POR FINALIDADE (VALORES EM MILHÕES)



DETALHAMENTO DO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	
TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS	VALOR R$
ENERGIA ELÉTRICA	2.562.669,36
APOIO TÉC. ADM.	2.543.383,89
VIGILÂNCIA	1.938.616,00
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.563.649,42
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.360.790,25
MANUTENÇÃO PREDIAL	1.170.208,89
MANUT. DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.094.767,72
ESTAGIÁRIOS	1.046.950,86
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	651.975,41
PASSAGENS	361.692,23
COMUNICAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA	269.328,96
TELEPROCESSAMENTO	248.412,09
ÁGUA E ESGOTO	229.889,74
OUTROS SERVIÇOS	1.363.019,28
TOTAL	16.405.354,10

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As contratações mais relevantes do TRE-MA, estão alinhadas com os macrodesafios constantes do mapa interativo do Planejamento Estratégico (http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/plano-estrategico/plano-estrategico). Combate a corrupção e a improbidade administrativa, Fortalecimento da segurança do processo eleitoral, Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, Melhoria da gestão de pessoas, Aperfeiçoamento da gestão de custos, Instituição da governança judiciária e Melhoria da infraestrutura e governança de TIC.

DESTACAM-SE TAMBÉM AS CONTRATAÇÕES RELATIVAS AO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO DO TRE-MA, ESPECIALMENTE OS SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO, VIGILÂNCIA, LIMPEZA, TELEFONIA, COMUNICAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA.

CONTRATAÇÕES EM 2019

CONTRATAÇÕES DIRETAS 82

PREGÕES ELETRÔNICOS 60

TOMADA DE PREÇOS 01

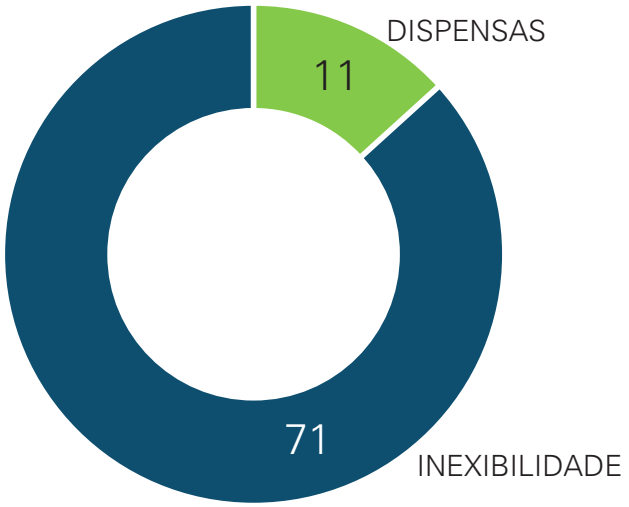
PRINCIPAIS TIPOS DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS

- ASSINATURA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS;
- CURSOS E TREINAMENTOS;
- FORNECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇOS E ESGOTO (CAPITAL E INTERIOR);
- FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA;
- LOCAÇÃO DE IMÓVEIS;
- SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL;
- GARANTIA DE EQUIPAMENTOS;
- EMISSÃO DE CERTIFICADO DIGITAL; E
- SERVIÇOS DE CHAVEIRO

JUSTIFICATIVAS

Entre as contratações diretas, destacam-se a contratação da extensão da garantia de hardware e software, com cobertura de peças e partes originais Hewlett-Parckard, mão de obra e atendimento on-site dos equipamentos duas HP Blade c7000 com 5 servidores HP BL460c G7 tipo lâmina e 5 servidores HP BL460c G8 tipo lâmina, com fundamento no art. 25, inciso I, da Lei 8666/93, aquisição de carimbos, água potável transportada em caminhão pipa e fornecimento de vasilhames plásticos para água mineral com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8666/93.

Destacam-se também as contratações de fornecedoras de energia elétrica e água, justificadas pelo fornecimento exclusivo, locação de imóveis com fundamento no art. 24, X, da Lei 8666/93 e inscrição de servidores em cursos e treinamentos, com base no art. 25, II c/c o art. 13 da Lei 8666/93.



MAPA INTEGRADO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS POR OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

8 OBJETIVOS	VALORES EM R$
GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA	3.524.367,10
COMBATE À CORRUPÇÃO E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	-
FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	244.525,10
CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	-
MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS	1.589.025,75
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS	14.645.812,28
INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	-
MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC	5.975.065,16

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

As contratações e aquisições realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Instrução Normativa de nº 05/2017- TRE-MA, observando os seguintes itens.

I. Rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;

II. Eficiência energética e nível de emissão de poluentes de máquinas e aparelhos consumidores de energia, veículos e prédios públicos observados os normativos legais existentes;

III. Eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;

IV. Emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

V. Prioridade para bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, reciclável, atóxico ou biodegradável, nos termos estabelecidos na legislação vigente, normas técnicas brasileiras ou regulamentos pertinentes; e

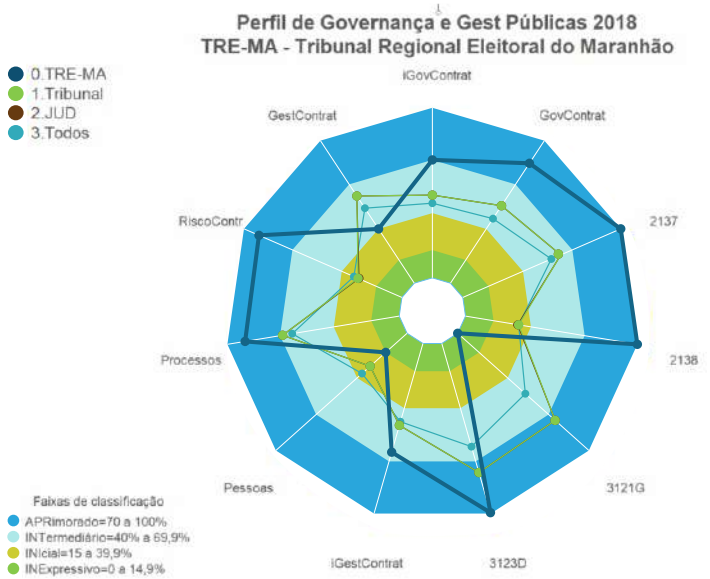
VI. As especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia na manutenção e na operacionalização da edificação, à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental e aos critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente aceitáveis.

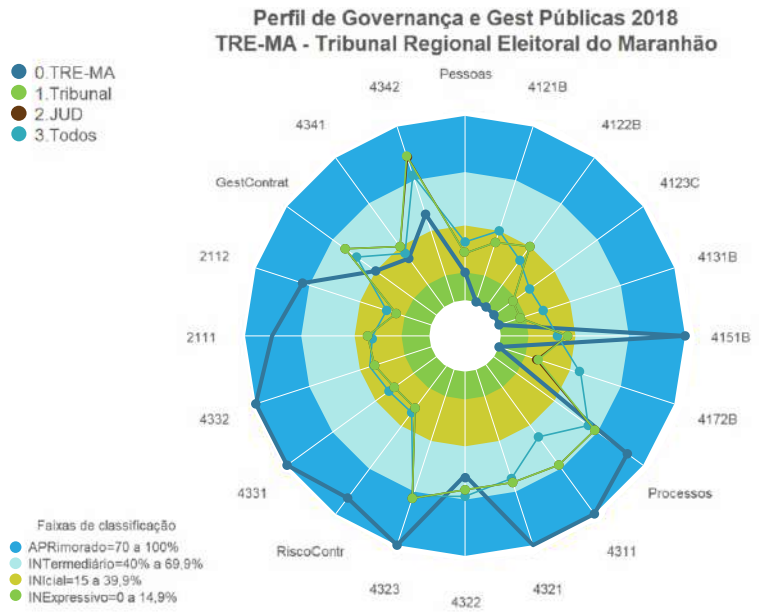
PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O TRE-MA vem realizando com foco nos levantamentos de governança e gestão que o Tribunal de Contas da União- TCU aplica sistematicamente para conhecer melhor a situação da governança no setor público, a adoção da boa prática de garantir o efetivo cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo referido órgão de controle.

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat), constantes do levantamento da autoavaliação de governança do TCU.

Através do indicador estratégico do TRE-MA - iGovAquisições, serão estabelecidas as metas para cumprimento das ações de melhoria com base nos itens em que o resultado da autoavaliação do TCU não tiveram classificação satisfatória.



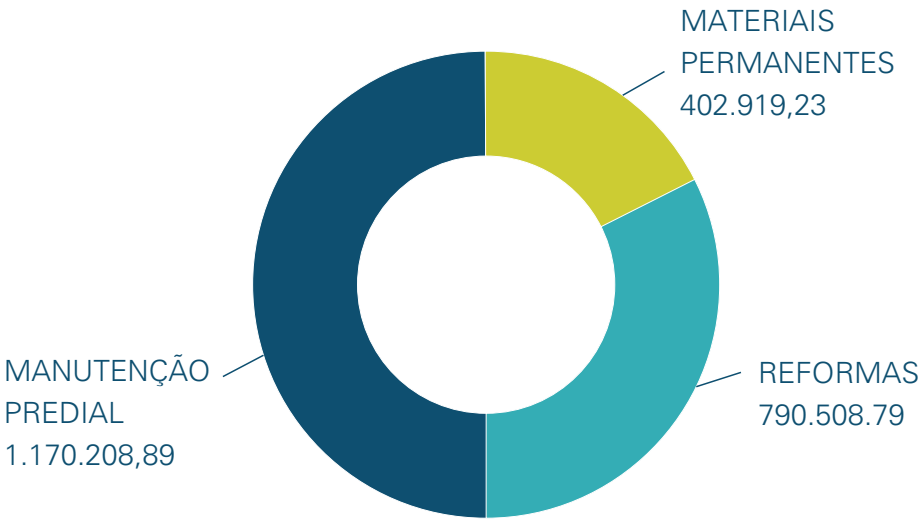


Infraestrutura e Gestão Patrimonial

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E MATERIAIS PERMANENTES

CONFORMIDADE LEGAL

O TRE-MA, através das suas unidades administrativas responsáveis pela gestão patrimonial apresentam conformidade legal de acordo com a legislação que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.



Foram investidos R$ 402.919,23 com aquisição de mobiliários e equipamentos, para atender as necessidades da Secretaria do Tribunal, bem como das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior do Estado

Em razão da necessidade contínua da manutenção das 92 (noventa e duas) edificações ocupadas pela Justiça Eleitoral do Maranhão, foram realizados serviços de manutenção predial com o objetivo de preservar o patrimônio público, garantindo segurança e conforto aos servidores e cidadãos que buscam os serviços eleitorais. A contratação dos serviços de manutenção predial atende ao macrodesafio "Garantia dos direitos a de cidadania", constante no Plano Estratégico do TRE-MA

Foi realizada a 3ª etapa da reforma do Fórum Eleitoral de São Luís de reforço estrutural do Depósito de Urnas, Oficina e Docas

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Foram realizadas 6 (seis) locações de imóveis destinadas ao funcionamento dos Cartórios Eleitorais das 32ª, 49ª, 75ª, 101ª e 111ª Zonas Eleitorais dos Municípios de Humberto de Campos, Vitorino Freire, Riachão, Governador Nunes Freire e Bequimão, respectivamente, bem como para a Central de Armazenamento de Urnas Eletrônicas em São Luís.

Desfazimento de ativos: R$ 5,9 milhões em 04 processos por doação ou baixa administrativa

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES:

Foi realizada a desmobilização da Central de Armazenamento de Urnas de São Luís, para um imóvel locado temporariamente, até que seja concluída a 3ª etapa de reforço estrutural do Fórum Eleitoral de São Luís.

A Central de Armazenamento de Urnas de São Luís é responsável pelo armazenamento, administração e manutenção de 20.941 urnas eletrônicas.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O principal desafio é promover a eficiência na utilização dos espaços físicos com segurança e integração para os servidores e cidadãos que são atendidos pela Justiça Eleitoral do Maranhão, priorizando a modernização no atendimento ao público.

Por orientação do Tribunal Superior Eleitoral atendendo aos princípios da efetividade e economicidade a ocupação imobiliária na Justiça Eleitoral deve ser priorizado o modelo de ocupação que ocorre por meio da cessão de uso de bens públicos, através de instrumento de cooperação entre órgãos ou entidades, bem como verificada a existência dessa forma de cooperação junto ao Tribunal de Justiça para cessão de parte do espaço do foro para uso da Justiça Eleitoral.

OBRAS E REFORMAS

Em 2019 foram investidos R$ 2.296.236,42 na reforma do Fórum Eleitoral de São Luis, sendo:

- R$ 1.594.415,68 - refente ao pagamento da 2ª etapa do reforço estrutural
- R$ 701.820,74 - referente ao pagamento da 3ª etapa do reforço estrutural

Esta foi a única obra/reforma executada no ano de 2019.

Gestão Orçamentária

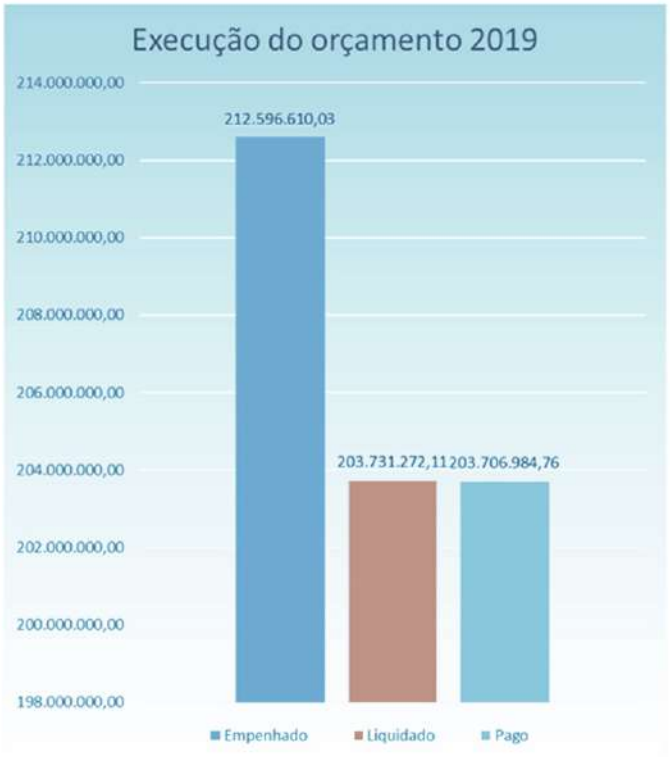
Orçamento total aprovado 2019

R$ 216.780.726,97		R$ 384.915,00		R$ 216.395.811,97
LOA 2019+Acréscimos*	—	Decréscimos**	=	Dotação atualizada

* Acréscimos = Créditos adicionais recebidos + provisões recebidas
** Decréscimos = Créditos adicionais concedidos + valores contigenciados

Execução do orçamento 2019					
Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
R$ 212.596.610,03	98,20%	R$ 203.731.272,11	94,10%	R$ 203.706.984,76	94,10%

Perfil do gasto do Órgão em 2019



A execução orçamentária e financeira do TRE–MA, em 2019, foi a 11ª maior, dentre os Tribunais Eleitorais do País. Foi recebida a dotação de R$ 216.780.726,97 milhões. Desse total, foram empenhados R$ 212.596.610,03 milhões, liquidados R$ 203.731.272,11 milhões e pagas despesas no montante de R$ 203.706.984,76 milhões, valor esse equivalente a 91,3% do autorizado na LOA/2018.

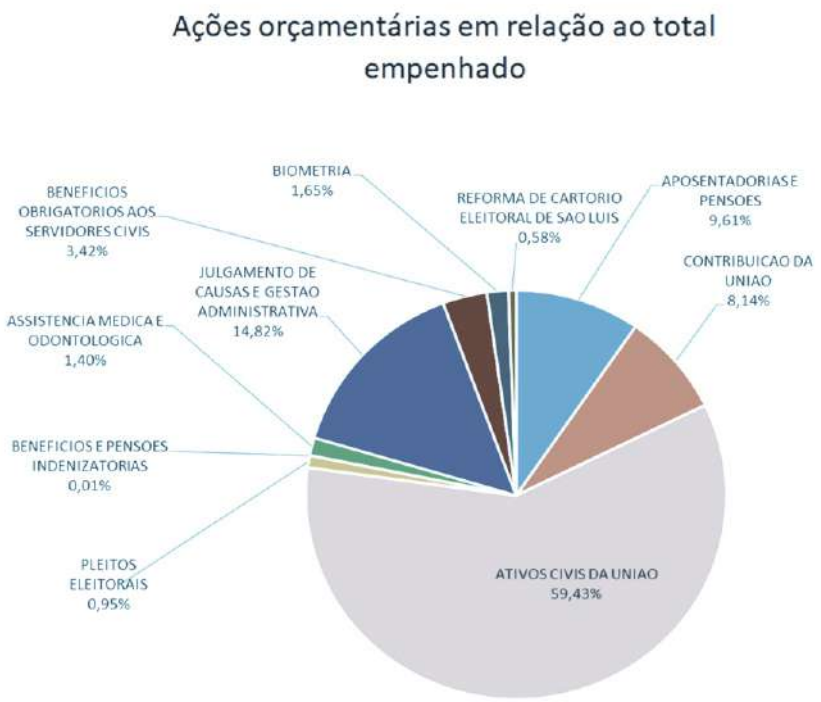
A distribuição das despesas empenhadas foi realizada na seguinte forma: 78% com gastos de Pessoal e Encargos Sociais; 18% com Outras Despesas Correntes e 4% com Investimentos.

Despesas do TRE-MA por grupo

Grupo Despesa	2019					2018				
	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar pagos
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	168.173.529,97	165.693.060,73	165.585.772,14	165.585.772,14		162.603.393,67	159.555.975,95	159.555.975,95	159.555.975,95	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.469.924,00	38.229.269,55	35.310.020,15	35.285.732,80	7.513.563,20	61.841.395,97	57.700.828,45	48.759.465,75	48.610.431,68	2.232.237,95
INVESTIMENTOS	8.783.935,00	8.674.279,75	2.835.479,82	2.835.479,82	4.008.953,57	7.020.085,00	5.118.499,24	666.580,78	601.704,28	4.166.638,39
TOTAL	**216.427.388,97**	**212.596.610,03**	**203.731.272,11**	**203.706.984,76**	**11.522.516,77**	**231.464.874,64**	**222.375.303,64**	**208.982.022,48**	**208.768.111,91**	**6.398.876,34**

Despesas do TRE-MA por ação orçamentária

Ação Governo	Dotação atualizada (incluídas provisões)	Empenhado
APOSENTADORIAS E PENSÕES	20.502.795,00	20.423.551,27
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO	18.061.881,00	17.295.020,96
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	127.984.054,00	126.350.256,35
PLEITOS ELEITORAIS	2.032.799,97	2.027.847,35
BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS	13.752,00	11.976,00
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.007.300,00	2.975.620,52
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	32.447.964,00	31.503.913,09
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS	7.462.961,00	7.268.225,28
BIOMETRIA	3.633.882,00	3.500.116,96
REFORMA DE CARTÓRIO ELEITORAL DE SÃO LUÍS	1.280.000,00	1.240.082,25
TOTAL	**216.427.388,97**	**212.596.610,03**



Execução por Grupo e Elemento de Despesa

Grupo 1
Pessoal e Encargos Sociais

Elemento de Despesa	Valor pago 2019
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.264.374,20
OBRIGACOES PATRONAIS	17.626.140,32
APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	13.729.896,06
DEMAIS ELEMENTOS	13.965.361,56
TOTAL	**165.585.772,14**

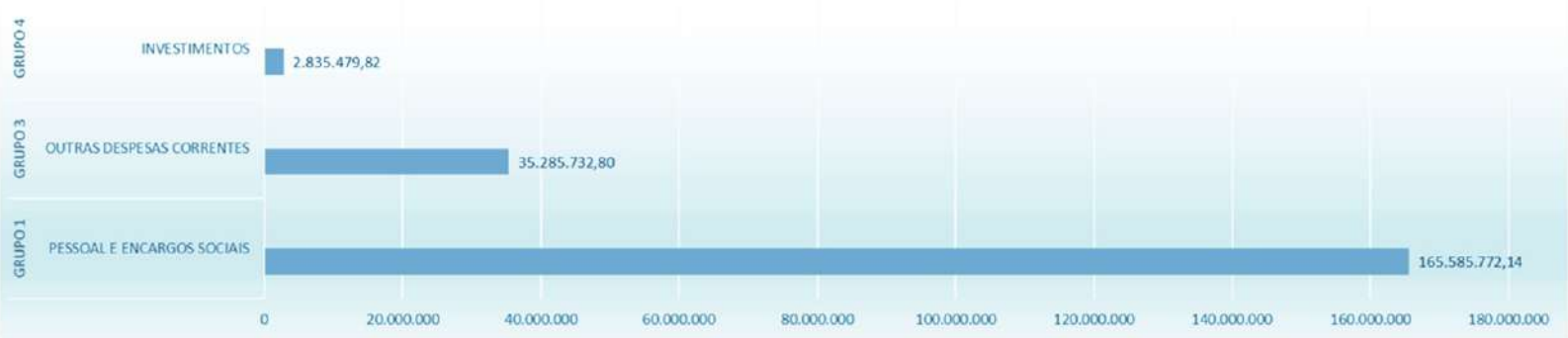
Grupo 3
Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Valor pago 2019
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	9.539.569,89
AUXILIO-ALIMENTACAO	5.868.877,02
SERVICOS DE TEC. DA INFORM. E COMUNICACAO - PJ	5.313.729,65
DEMAIS ELEMENTOS	14.563.556,24
TOTAL	**35.285.732,80**

Grupo 4
Investimentos

Elemento de Despesa	Valor pago 2019
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.526.239,03
OBRAS E INSTALACOES	790.508,79
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORM. E COMUNICACAO - PJ	518.732,00
TOTAL	**2.835.479,82**

Valores pagos em 2019

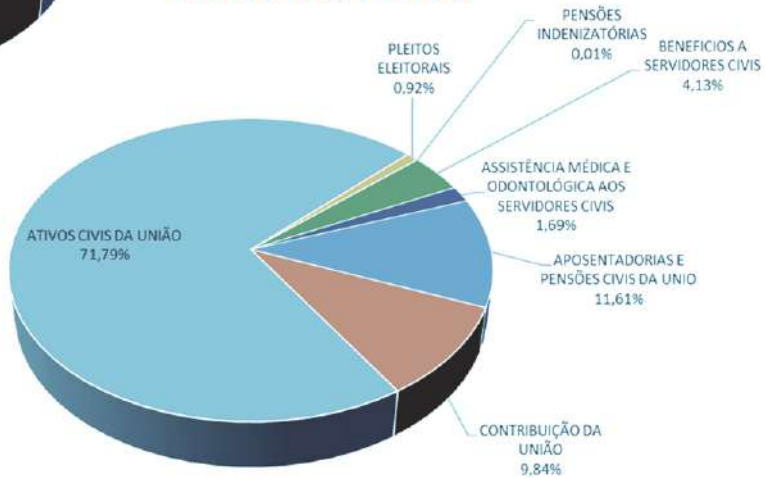


Valores pagos em 2019

Custeio (Julgamento e Causas e Gestão Administrativa, Pleitos e Biometria)

Investimentos

Gastos com Pessoal



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR FINALIDADE

DETALHAMENTO DAS MAIORES DESPESAS CORRENTES DE 2019

	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2019			2018		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES	5.892.820,59	5.892.820,59	5.892.820,59	5.831.831,75	5.831.831,75	5.831.831,75
	TELEPROCESSAMENTO	3.980.844,43	3.612.625,10	3.612.625,10	4.065.254,56	3.727.294,28	3.727.294,28
	ASSIST. MED. ODONTOLÓGICA	2.975.620,52	2.975.620,52	2.975.620,52	3.041.164,90	3.041.164,90	3.041.164,90
	ENERGIA ELÉTRICA	2.819.693,22	2.562.669,36	2.562.669,36	2.467.908,89	2.177.908,89	2.177.908,89
	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	2.456.650,22	2.325.758,14	2.322.743,76	2.523.389,69	2.296.217,96	2.289.475,60
	DESPESAS COM DIÁRIAS (BIOMETRIA)	1.951.618,82	1.951.618,82	1.951.618,82	148.371,02	148.371,02	148.371,02
	MANUTENÇÃO PREDIAL	1.719.582,09	1.170.208,89	1.170.208,89	2.208.566,20	1.193.059,61	1.193.059,61
	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1.664.759,99	1.563.649,42	1.563.649,42	1.247.105,84	1.175.490,32	1.175.490,32
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.611.597,49	1.538.811,47	1.538.811,47	1.645.777,85	1.619.986,00	1.617.540,08
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.464.819,71	1.373.126,02	1.360.790,25	1.436.656,46	1.241.126,71	1.101.598,72
	ASSIST. PRÉ-ESCOLAR DE SERVIDORES	1.315.098,89	1.315.098,89	1.315.098,89	1.369.018,23	1.369.018,23	1.369.018,23
	APOIO ADMINISTRATIVO TÉCNICO E OPERACIONAL	1.259.224,30	1.151.383,81	1.151.383,81	562.785,04	491.453,22	491.453,22
	ESTAGIÁRIOS	1.103.056,35	1.046.950,86	1.046.950,86	1.209.166,90	1.087.406,61	1.087.406,61
	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	924.030,74	850.242,62	850.242,62	960.877,70	880.701,13	880.701,13
	DEMAIS DESPESAS (SOMATÓRIO)	7.089.852,19	5.979.435,64	5.970.498,44	28.982.953,42	22.478.435,12	22.478.117,32

DETALHAMENTO DAS MAIORES DESPESAS CORRENTES DE 2019

	TIPO DE DESPESA (PLANO INTERNO)	2019			2018		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	150.856.114,77	150.748.826,18	150.748.826,18	137.884.111,14	137.884.111,14	137.884.111,14
	GRATIF. ELEIT. JUIZES TITULARES	5.382.251,74	5.382.251,74	5.382.251,74	4.743.473,51	4.743.473,51	4.743.473,51
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES TITUL.	3.520.431,02	3.520.431,02	3.520.431,02	3.424.903,37	3.424.903,37	3.424.903,37
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES SUBST.	2.622.290,57	2.622.290,57	2.622.290,57	2.100.189,66	2.100.189,66	2.100.189,66
	SERVICO EXTRAORDINARIO SERVIDORES	831.719,71	831.719,71	831.719,71	5.705.120,94	5.705.120,94	5.705.120,94
	SERVICO EXTRAORDINARIO DE CARTORIOS	789.442,24	789.442,24	789.442,24	3.858.089,93	3.858.089,93	3.858.089,93
	GRATIF. ELEIT. JUIZES SUBSTITUTOS	771.748,41	771.748,41	771.748,41	620.449,93	620.449,93	620.449,93
	SESSOES ORDINARIAS - JUIZES TITUL.	691.515,50	691.515,50	691.515,50	524.718,13	524.718,13	524.718,13
	SESSOES ORDINARIAS - JUIZES SUBST.	138.303,10	138.303,10	138.303,10	161.793,50	161.793,50	161.793,50
	SESSOES ORDINARIAS - PROC. TITUL.	81.917,99	81.917,99	81.917,99	54.847,80	54.847,80	54.847,80
	DEMAIS DESPESAS	7.325,68	7.325,68	7.325,68	478.278,04	478.278,04	478.278,04
INVESTIMENTOS	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	5.347.571,70	1.123.319,80	1.123.319,80	780.755,99	20.706,00	20.706,00
	REFORMA CART. ELEIT. DE SAO LUIS	1.240.082,25	790.508,79	790.508,79	1.597.800,30	0	0
	AQUISIÇÃO DE VEIíCULOS	1.087.240,00	0	0	0	0	0
	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	518.732,00	518.732,00	518.732,00	63.990,00	63.990,00	63.990,00
	OUTROS PERMANENTES	419.779,45	392.518,25	392.518,25	1.474.175,33	308.807,16	280.870,66
	MODERNIZAÇÃO DO DATACENTER	50.473,37	0	0	918.700,00	0	0
	REAP. DE EQUIP. MÉDICO ODONT.	10.400,98	10.400,98	10.400,98	10.000,00	0	0
	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS	0	0	0	273.077,62	273.077,62	236.137,62

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO EM 2019

Todas - exceto despesas de pessoal, benefícios e diárias		
Exercício	2019	
Modalidade de Licitação	Despesa Empenhada	Despesa Paga
TOMADA DE PRECO	990.290,46	701.820,74
CONCORRENCIA	249.791,79	88.688,05
DISPENSA DE LICITACAO	1.731.603,51	1.618.447,54
INEXIGIBILIDADE	4.132.928,26	3.756.196,28
NAO SE APLICA	202.431,27	202.431,27
SUPRIMENTO DE FUNDOS	41.974,31	41.974,31
PREGAO	26.708.973,42	18.866.098,15
Total	34.057.993,02	25.275.656,34

Despesas de pessoal		
Exercício	2019	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NAO SE APLICA	165.693.060,73	165.585.772,14
Total	165.693.060,73	165.585.772,14

Despesas com benefícios		
Exercício	2019	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NAO SE APLICA	10.255.821,80	10.255.821,80
Total	10.255.821,80	10.255.821,80

Despesas com diárias		
Exercício	2019	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NAO SE APLICA	2.589.734,48	2.589.734,48
Total	2.589.734,48	2.589.734,48

Despesas de pessoal		
Exercício	2019	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NAO SE APLICA	165.693.060,73	165.585.772,14
Total	165.693.060,73	165.585.772,14

DESEMPENHO DOS INDICADORES DE GESTÃO

INDICADOR DE APOIO						
INDICADOR	Periodicidade	Desempenho janeiro - abril	Desempenho janeiro - julho	Desempenho janeiro - outubro	Desempenho janeiro - dezembro	Metas - 2019
Indicador de aderência ao planejamento	Anual	64,30%	82,30%	87,60%	87,20%	85,00%
Indicador de perdas OCC	Anual	53,40%	37,50%	25,90%	5,60%	8,00%
Indicador de valores pagos	Quadrimestral	15,80%	34,40%	52,60%	76,00%	92,00%

O percentual de 5,6% atingido para "perdas orçamentárias" também foi favorável, mesmo com o contingenciamento de crédito, atribuído a este Tribunal, no valor de R$ 264.924,00 entre os meses de abril e setembro. Esse valor foi integralmente descontigenciado no mês de outubro, prejudicando a execução desse orçamento.

A execução orçamentária e financeira deste Tribunal, ainda precisa melhorar o "indicador de pagamentos", que está aquém da meta estabelecida pelo TSE. Um grande objetivo desta Administração é reduzir os valores inscritos em restos a pagar no final de cada exercício por meio de políticas que minimizem a inscrição de saldos desnecessários com o controle de saldo de contratos ao final do exercício e agilização de pagamento de faturas pendentes. Cabe aos gestores de processos, adiantar seus processos licitatórios para que seja possível o empenho e pagamento das despesas no mesmo exercício financeiro.

De forma geral, considerando o contexto e as circunstâncias enfrentadas desde a edição da EC95/2016, podemos afirmar que a execução física e orçamentária das ações sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Maranhão ocorreu com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponibilizados pela União.

O Tribunal superou a meta estipulada para o indicador de "aderência ao planejamento" devido ao controle de distribuição do orçamento de acordo com a proposta orçamentária aprovada e pela criteriosa informação de disponibilidade orçamentária para cada despesa solicitada pelos gestores.

INOVAÇÕES, DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS

Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras advindas do limite do teto de gastos;

Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE – MA;

Reduzir ao mínimo, o percentual de "perdas orçamentárias e de despesas inscritas "em restos a pagar".

INOVAÇÕES

Desenvolvimento do Programa de Acompanhamento Orçamentário – ACOR.

Essa ferramenta, permite aos gestores acompanhar a execução do orçamento, do saldo disponível, empenhos emitidos e pagamentos realizados. Além disso, permite o acompanhamento detalhado dos valores empenhados em cada contrato, bem como dos pagamentos efetuados, com atualização semanal.

AÇÕES FUTURAS

Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;

Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal;

Conhecer e aplicar "boas práticas" dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economicidade orçamentária;
Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas;

Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade
Implantar o sistema de BI para o acompanhamento orçamentário.

Gestão de custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada "Sistema de Informações de Custos do Governo

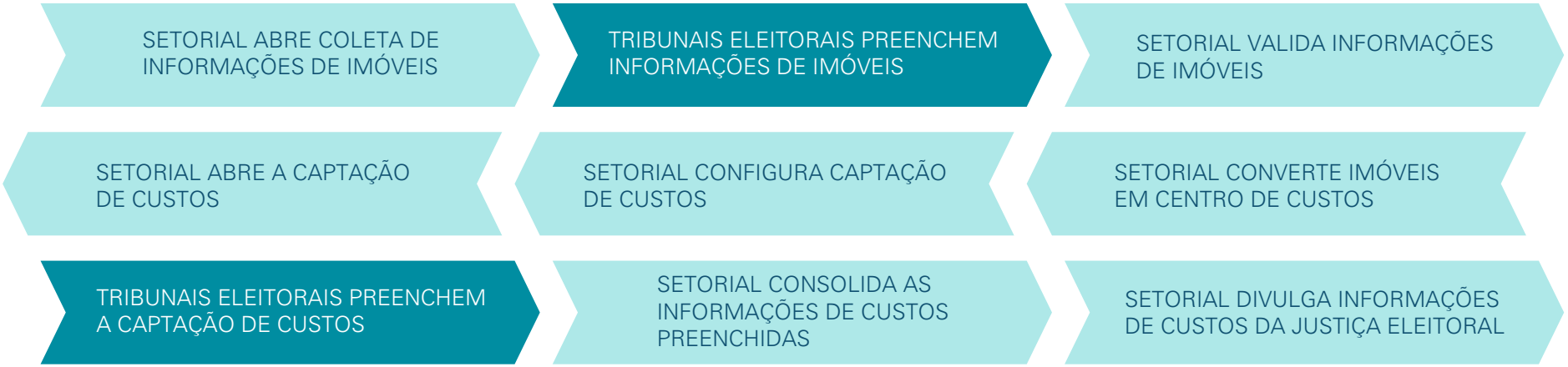
Federal – SIC". A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado "Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC", no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

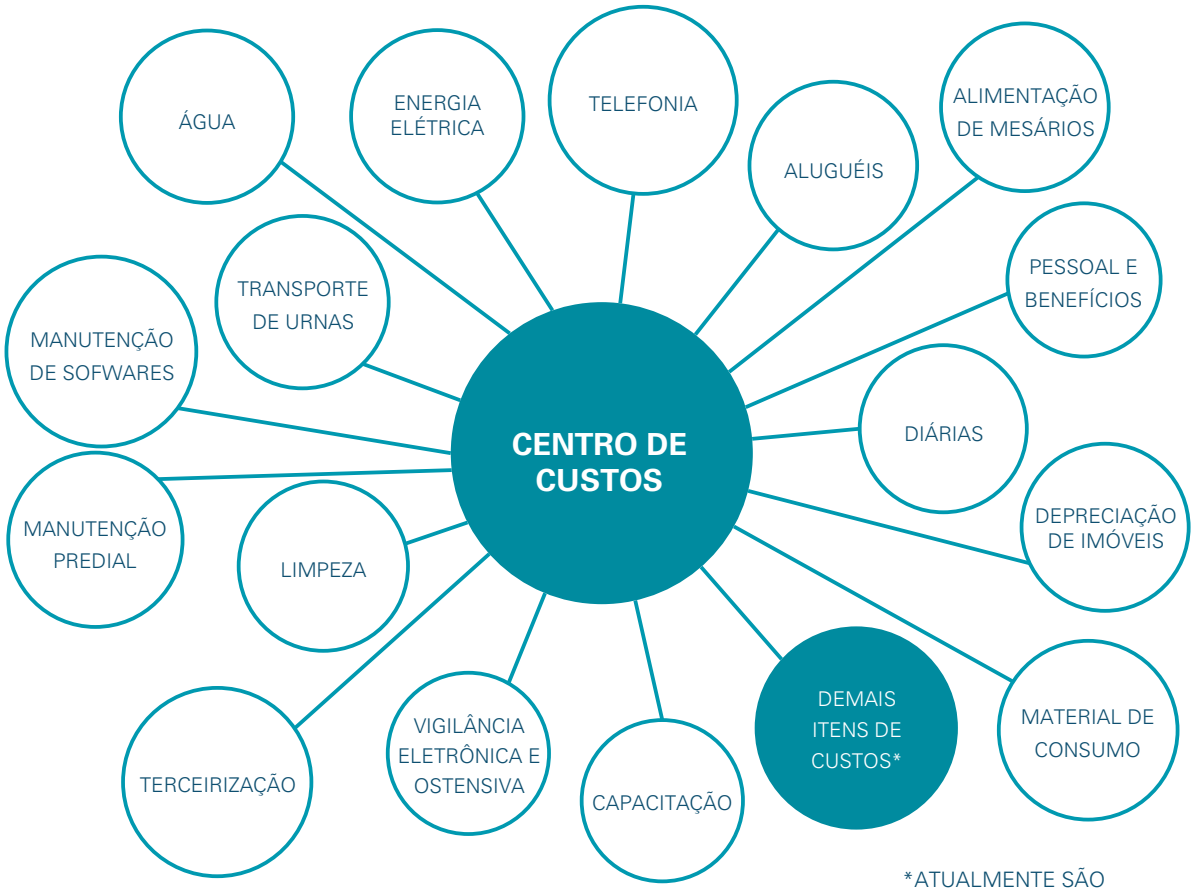
A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O FLUXO DO PROCESSO OCORRE DA SEGUINTE MANEIRA:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: "Itens de Custos" e "Atividades/Serviços".

No eixo dos "Itens de Custos", procura-se responder à questão "Com o quê?", e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



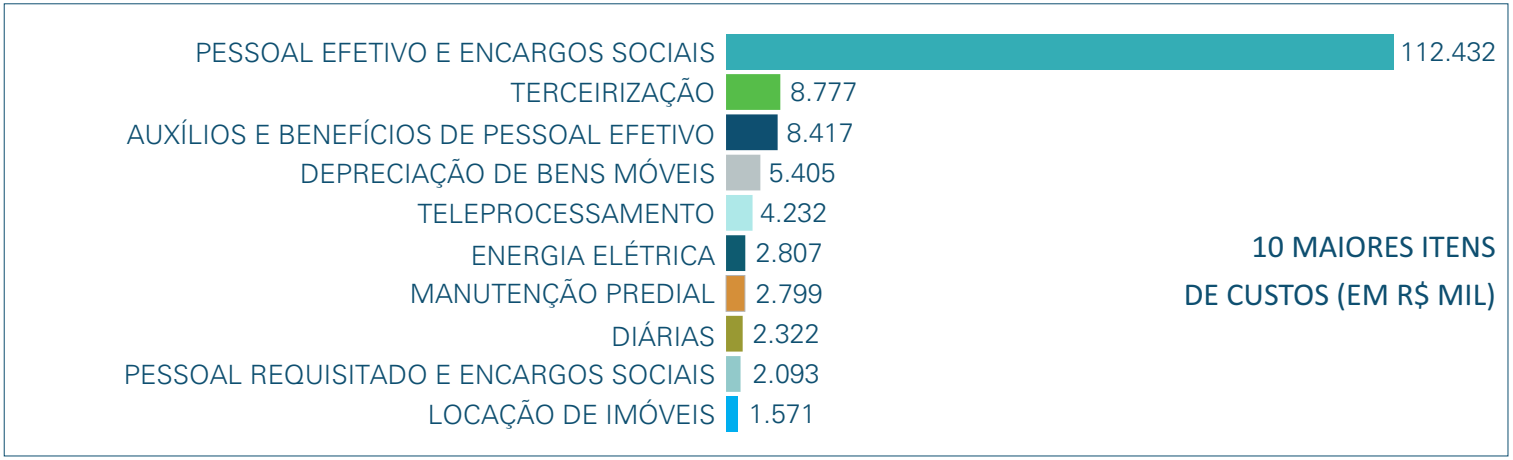
*ATUALMENTE SÃO 40 ITENS

No eixo das "Atividades/Serviços", procura-se responder à questão "Para quê?", e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

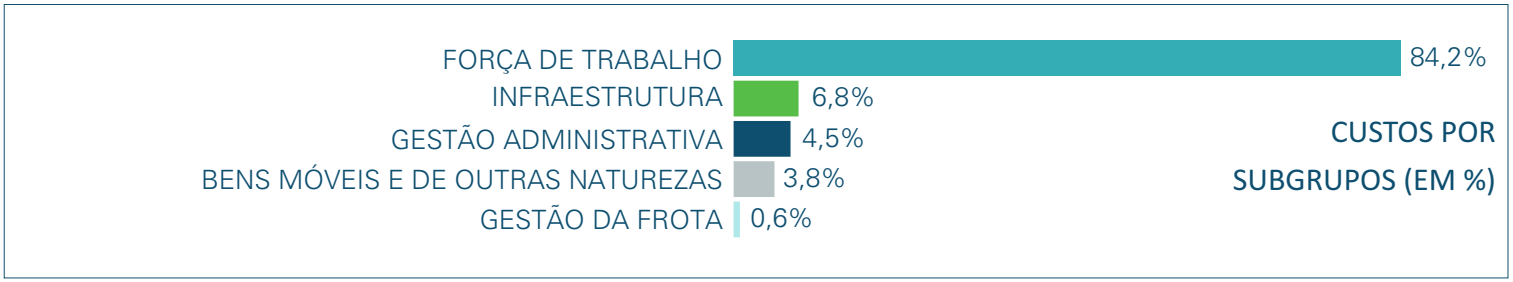
*PODE-SE TER ATÉ 10 ATIVIDADES/SERVIÇOS, POIS ALGUMAS, COMO OS PLEBISCITOS, POR EXEMPLO, OCORREM APENAS ESPORADICAMENTE.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

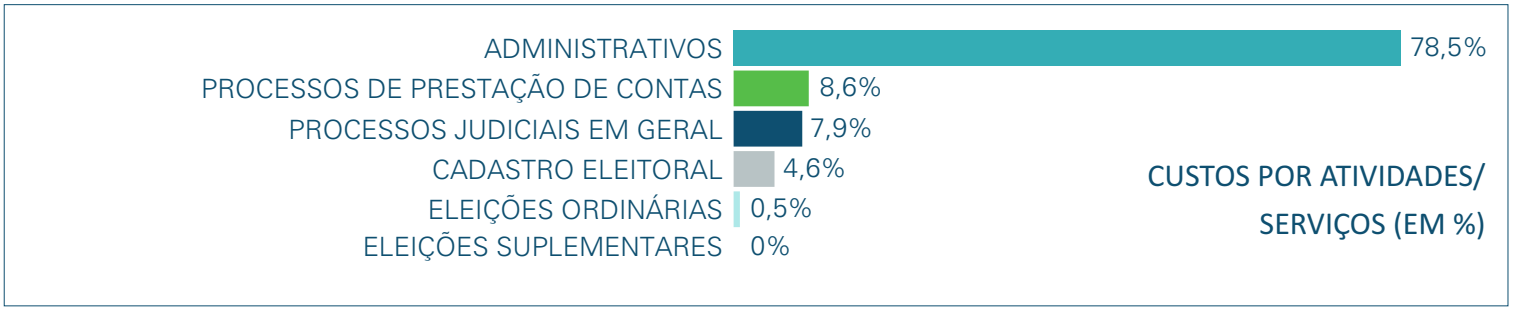
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no exercício de 2019, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

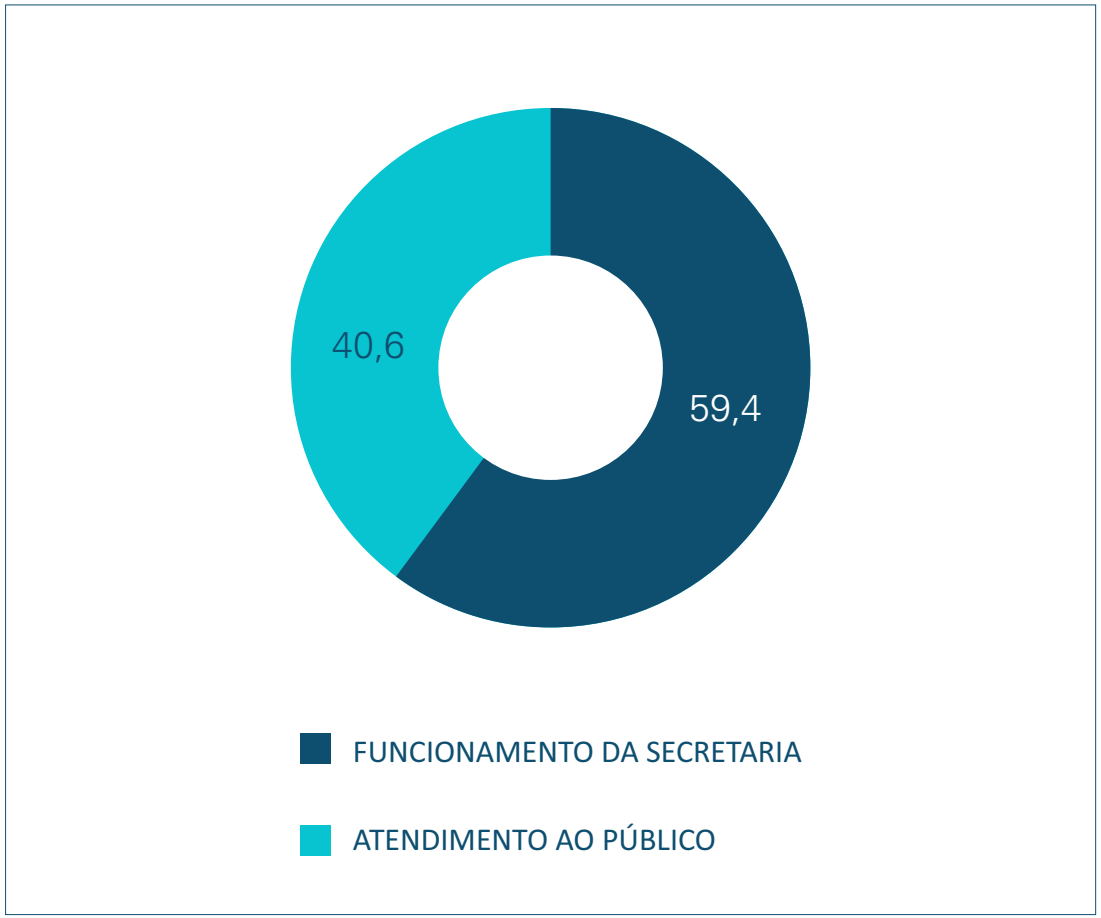


Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA X ATENDIMENTO AO PÚBLICO (EM %)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas buscam contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

Sustentabilidade ambiental

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), como instituição pública que tem como valor organizacional a prática da Responsabilidade Social e Ambiental, vem dedicando-se ao estudo e desenvolvimento de ações de cunho socioambiental.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

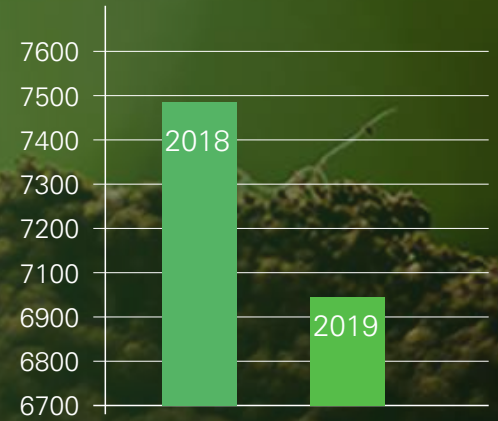
Diversas ações foram implementadas para reduzir o consumo de recursos naturais, tais como reaproveitamento da água proveniente da condensação das máquinas de ar-condicionado para manutenção de jardins, instalação de usinas de geração de energia fotovoltaica e a adequada separação do lixo produzido.

- DIMINUIÇÃO NO CONSUMO DE PAPEL

Alternativas mais sustentáveis foram adotadas visando estimular o uso consciente:

- Utilização prioritária de arquivos em meio digital
- Reutilização de papel como rascunho

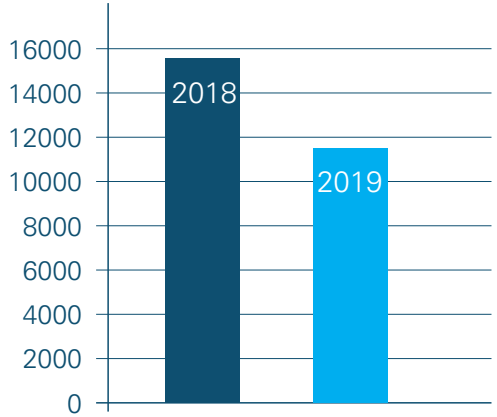
ANO	QUANT. EM RESMAS
2018	7.520
1019	6.987



DIMINUIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA

O TRE-MA promove a irrigação sustentável que reutiliza a água proveniente da condensação de máquinas de ar-condicionado para manutenção dos jardins gerando economicidade e sustentabilidade.

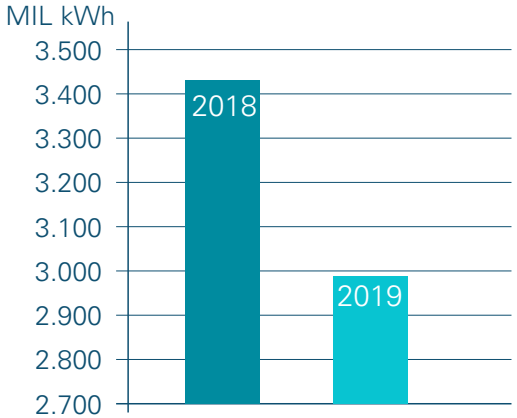
ANO	QUANTIDADE EM m^3
2018	15.085
1019	11.264



DIMINUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Com a instalação de usinas de geração fotovoltaicas houve uma diminuição considerável do consumo de energia elétrica.

ANO	QUANTIDADE EM kWh
2018	3.442.160,34
1019	2.987.105,98



REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

O TRE-MA realiza a coleta seletiva contemplando a adequada separação dos resíduos recicláveis e a doação destes para Cooperativa de Reciclagem de São Luís – COOPRESL.

COLETORES DE RESÍDUOS

São mantidos coletores de resíduos específicos para promoção do descarte adequado como: pilhas e baterias, toners e material de escritório sem uso ou danificado.

DESAFIOS: Trabalhar com projetos sem recursos financeiros destinados para estes fins;

AÇÕES FUTURAS: sistema de logística integrada de veículos e coleta de materiais recicláveis das zonas eleitorais presentes nos interiores;

INOVAÇÕES DO NÚCLEO: Sistema de logística integrada de veículos.

Comissão TRE Mulheres

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

RESOLUÇÃO Nº 9.605
11.11.2019

Dispõe sobre a constituição de comissão permanente de estudo e promoção da igualdade de gênero no âmbito da Justiça Eleitoral do Maranhão.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Portaria TSE nº 791, de 10 de outubro de 2019, pela qual instituiu-se a Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE Mulheres), vinculada à sua Presidência;

CONSIDERANDO a importância do papel da mulher na sociedade e a necessidade do fomento à sua participação na política, bem como a urgência pela efetivação de ações por parte da Justiça Eleitoral para a construção de urna sociedade justa, igualitária e participativa; e

CONSIDERANDO que o princípio da igualdade entre homens e mulheres desafia uma atuação concreta dos Poderes Públicos para a sua real efetivação.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Políticas de Gênero e Cidadania do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (Comissão TRE Mulheres), vinculada à Presidência, para atuar no planejamento e no desenvolvimento de ações relacionadas ao incentivo da participação feminina na política, integração institucional e no respeito à igualdade de gêneros.

Art. 2º. A Comissão TRE Mulheres terá como diretrizes:

I - o fomento a ações educativas e campanhas de conscientização quanto à necessidade de participação feminina na política e combate à discriminação de gênero;

II - o desenvolvimento de parcerias institucionais e com a sociedade civil para os fins estabelecidos nesta Resolução; e

III - atuação voltada à promoção do conhecimento da sociedade sobre os dados estatísticos envoltos à participação feminina na política.

Art. 3º. A Comissão especificada nesta Resolução desenvolverá estratégias para o cumprimento das diretrizes especificadas no art. 2º, tais como a realização de campanhas institucionais, eventos, divulgação de estudos, elaboração de cartilhas e outras publicações voltadas à valorização da igualdade de gênero e participação feminina na política.

Art. 4º. Sempre que necessário ou conveniente às suas atividades, a Comissão poderá convidar, na qualidade de colaboradores, agentes públicos ou membros da sociedade civil a fim de participarem de reuniões ou projetos desenvolvidos no âmbito do TRE/MA.

Art. 5°. As unidades do TRE/MA que realizarem ações correlatas ao tema participação feminina e igualdade de gênero deverão comunicá-las à Comissão para fins de organização e atuação conjunta das atividades.

Art. 6º. A Comissão TRE Mulher terá sua composição formada por meio de ato da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

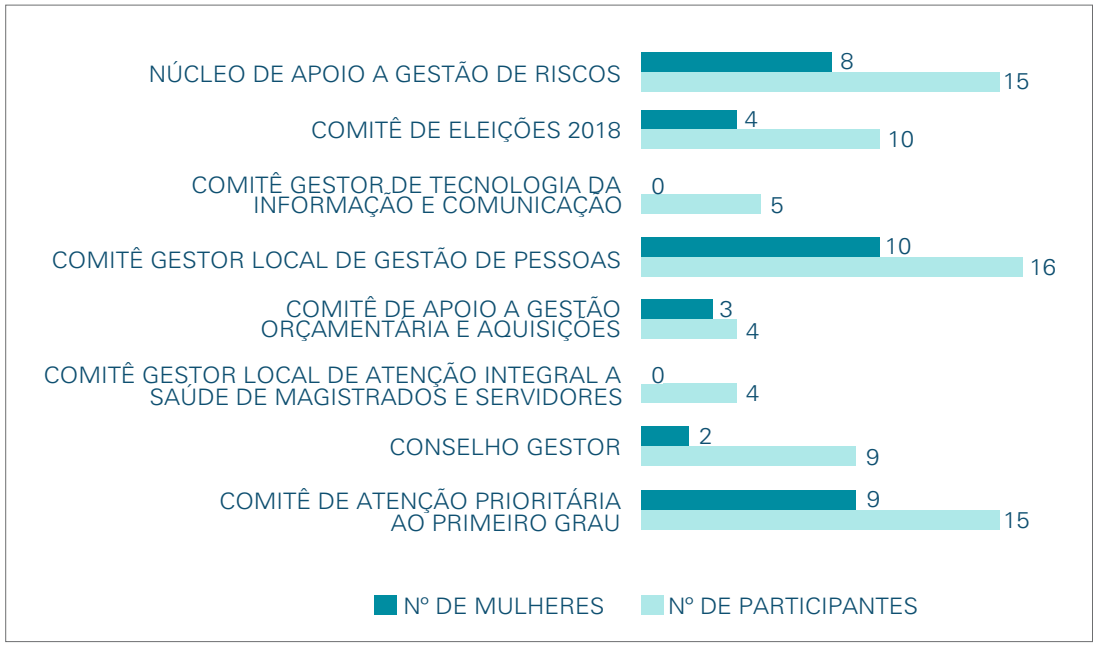
Art. 7º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, em São Luís, 11 de novembro de 2019.

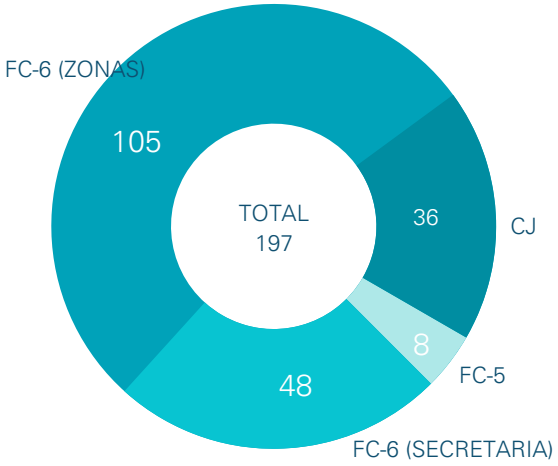
DIAGNÓSTICO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TRE-MA

PARTICIPAÇÃO FEMININA EM COMITÊS E/OU CONSELHO		
COMITÊS/CONSELHOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE MULHERES
COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU	15	9
CONSELHO GESTOR	9	2
COMITÊ GESTOR LOCAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES	4	0
COMITÊ DE APOIO A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E AQUISIÇÕES	4	3
COMITÊ GESTOR LOCAL DE GESTÃO DE PESSOAS	16	10
COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	5	0
COMITÊ DE ELEIÇÕES 2018	10	4
NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS	15	8
COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE	5	3
TOTAL	83	39
PORCENTAGEM	100%	46,99%

PARTICIPAÇÃO FEMININA EM COMITÊS E/OU CONSELHO



PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CARGOS DE CHEFIA

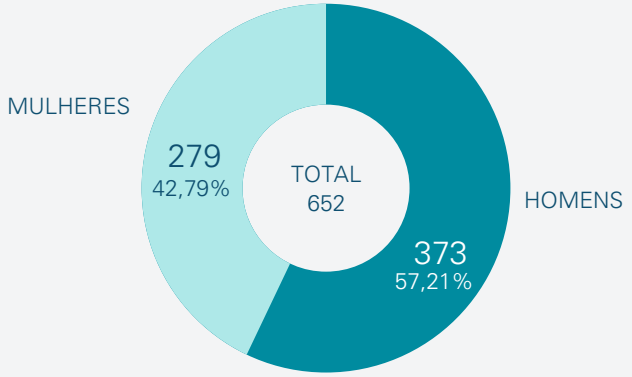


Nº DE SERVIDORAS (SECRETARIA)	42 (21,32%)
Nº DE SERVIDORAS (ZONAS)	22 (11,17%)
TOTAL	64 (32,49%)

TOTAL DE CARGOS DE CHEFIA - 64

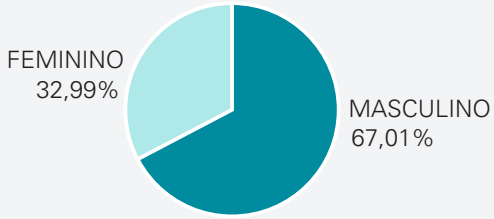
SERVIDORAS OCUPANDO CARGOS DE CHEFIA (SECRETARIA E ZONAS) - 197

TOTAL DE SERVIDORES LOTADOS NO TRE-MA (SECRETARIA E ZONAS)



PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES DE SECRETARIA E ZONAS EM CARGOS DE CHEFIA

	SECRETARIA	ZONA ELEITORAL	TOTAL
CJ MASCULINO	20	0	20
CJ FEMININO	16	0	16
FC-6 MASCULINO	27	82	109
FC-6 FEMININO	21	23	44
FC-5 MASCULINO	3	0	3
FC-5 FEMININO	5	0	5
TOTAL DE CARGOS	92	105	197



DO TOTAL DE 197 CARGOS DE CHEFIA, 67,01% SÃO OCUPADOS POR HOMENS E 32,99% POR MULHERES

Acessibilidade

TRE-MA
ACESSIBILIDADE

#pracegover #pratodosverem: logo institucional da acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, criada em 2018 a partir do símbolo da ONU e da bandeira do Brasil: em primeiro plano, a figura é simétrica, conectada por quatro pontos pintados na cor azul ao centro de um círculo e logo atrás um retângulo amarelo e um triângulo em verde seguida da sigla TRE–MA e da palavra acessibilidade, representando a harmonia entre o ser humano e a sociedade brasileira e seus braços abertos representam a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares.

CONFORMIDADE LEGAL

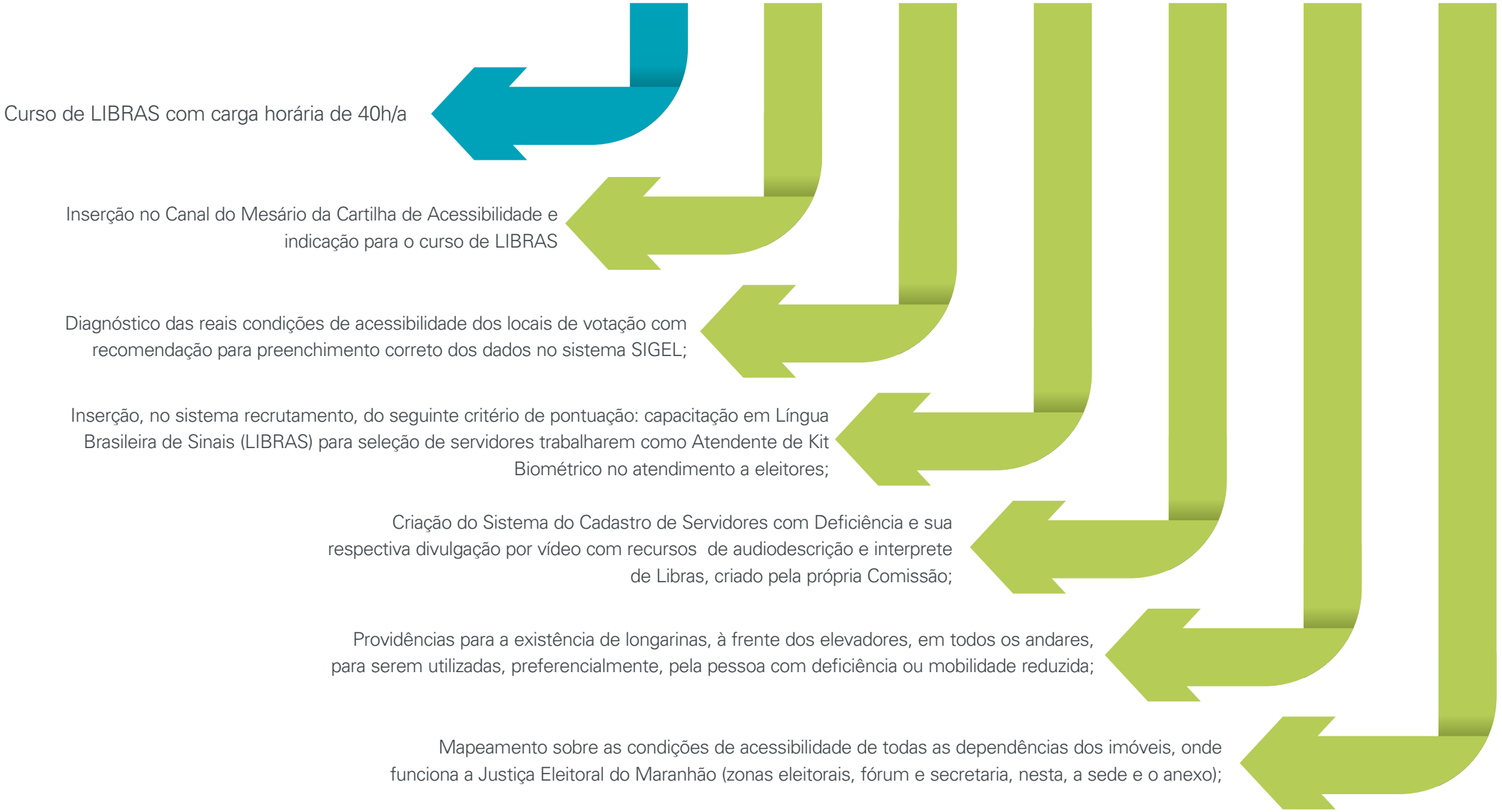
Com a nova Lei de Inclusão, de n.º 13.146/2015, novas concepções foram adotadas, alargando-se o objetivo inicial do programa de acessibilidade do TRE-MA, instituído desde 2012. Nesse contexto, foi editada a Portaria nº 647/2018, que constituiu nova Comissão de Acessibilidade e Inclusão, conforme disciplinamento das Resoluções do CNJ 230/2016 e do TSE 23.381/2012, cuja composição passa a ser mista, sob a presidência de um magistrado e de pessoas com e sem deficiência.

OBJETIVOS

Implementação gradual de medidas para a remoção de barreiras, a fim de promover o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, usuários internos ou externos, aos espaços ou serviços da Justiça Eleitoral, no âmbito da secretaria, dos cartórios eleitorais e dos locais de votação do estado.

PRINCIPAIS AÇÕES EM 2019

NO ANO DE 2019 FORAM DESENVOLVIDAS VÁRIAS ATIVIDADES, DANDO CONTINUIDADE AO TRABALHO INICIADO EM AGOSTO DE 2018, QUANDO DA CONSTITUIÇÃO DA NOVA COMISSÃO:



No ano de 2019 também houve avanço normativo, foi publicada, no DJE de 27 de agosto de 2019, a Resolução TRE-MA nº. 9493/2019, que também criou o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, o cadastro da pessoa com deficiência, dentre outras providências. Também, a Portaria 245/2019, no DJE de 27.06.2019, que disciplinou o uso das vagas do estacionamento por Pessoas com Deficiência/mobilidade reduzida.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- ENTREGA DE MATERIAL INFORMATIVO SOBRE ACESSIBILIDADE PARA SEREM AFIXADOS NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO EM ANO ELEITORAL;
- CRIAÇÃO DE VÍDEOS INFORMATIVOS, DE CURTA DURAÇÃO, PARA SEREM PUBLICADOS NA INTERNET/ INTRANET, COM O OBJETIVO DE CONSCIENTIZAR O PÚBLICO INTERNO E EXTERNO EM COMO TRATAR A PESSOA COM DEFICIÊNCIA;
- CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS, PARA INCENTIVAR O CADASTRAMENTO DE MESÁRIOS E COLABORADORES NA ELEIÇÃO;
- CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA GARANTIR ACESSIBILIDADE NOS LOCAIS DE VOTAÇÃO.

TCU

QUADRO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES

DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU		
ORDEM	COMUNICAÇÃO RECEBIDA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
01	Ofício 204/2019 – TCU/Sec-MA, de 1/3/2019	-

ÓRGÃO OBJETO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

COCIN

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO

Informar nas próximas contas a completa implementação da recomendação contida no item 1.9.4 do Acórdão 13.524/2016-TCU-2ª Câmera (PAD 3782/2019), exigência do subitem 1.7 do Acórdão 689/2019 – TCU – 2ª Câmara.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

Diretoria Geral

SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA

1.7.1 - 8 (oito) servidores da ZE de Timom – MA foram designados para compor a Comissão Permanente de Apoio a Gestão de Contratações (COPAC);
1.7.2 - As designações de funções comissionadas indevidas foram regularizadas pela Alta Administração.

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Determinação cumprida, na forma do subitem 1.9 do Acórdão 7924/2019 - TCU - 2ª Câmara

DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU		
ORDEM	COMUNICAÇÃO RECEBIDA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
02	Ofício 3296/2019 – TCU/Sefip, de 3/7/2019	Ofício 968/2019 – SGP, de 19/7/2019

ÓRGÃO OBJETO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

TRE/MA

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Solicitação informações acerca de inconsistências na admissão/nomeação de 2 (dois) servidores, por meio do Ofício 3296/2019-TCU/Sefip, de 3/7/2019, protocolado neste Regional em 15/7/2019 (PAD 8317/2019, doc. 74735/2019).

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

SELDE/SGP

SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA

Foram enviadas ao TCU/Sefip as informações solicitadas em 23/7/2019, via Correios e ^- *mail* . j vumyt I VGJ =53914239. kvj z09=9391423>. 9=>>31423> I 9=>>81423>0

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Determinação cumprida

DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELO TCU		
ORDEM	COMUNICAÇÃO RECEBIDA	COMUNICAÇÃO EXPEDIDA
03	Ofício 4694/2019 – TCU/Sefip, de 13/9/2019	Ofício 1.400/2019 - SGP

ÓRGÃO OBJETO DA DETERMINAÇÃO/RECOMENDAÇÃO

TRE/MA

DESCRIÇÃO DA DETERMINAÇÃO

Solicitação do cadastro de servidores cedidos e requisitados em 30 (trinta) dias (PAD 11816/2019).

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

SETOR RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO

SEREF/SGP

SÍNTESE DA PROVIDÊNCIA ADOTADA

Foram enviados ao TCU/Sefip os cadastros solicitados em 14/10/2019, por ^-*mail (*kvj 0 117604 e 117608/2019 do PAD 11816/2019).

SÍNTESE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Determinação cumprida

SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRE-MA PERANTE O TCU

EXERCÍCIO	PROCESSO TCU	PROCESSO TRE-MA	JULGAMENTO	ACÓRDÃO
2018	-	PAD 4825/2019	Dispensado	-
2017	-	PAD 9048/2018	Dispensado	-
2016	025.598/2017-1	PAD 3699/2016 PAD 7136/2017	Aprovadas	7924/2019 – 2ª Câmara
2015	-	PAD 5225/2016 PAD 9919/2016	Dispensado	-
2014	TC 028.718/2015-1	PAD 10095/2015	1. Regulares com ressalvas; 2. Regulares	13524/2016 – 2ª Câmara; 689/2019 – 2ª Câmara

Demais atendimentos constam no Anexo RAINT - Relatório de Auditoria Interna.

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

A Coordenadoria de Controle Interno, vinculada à Presidência do TRE-MA, é composta de 2 Seções e 1 Assessoria (artigo 7º - A do Regulamento Interno – Resolução TRE/MA 7044/2007).

A Seção de Auditoria (SEAUD) tem suas atribuições dispostas no Art. 7º - B do Regulamento Interno; A Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias (SECEP) tem as competências expostas no Art. 7º - C do prefalado Regulamento Interno; e por fim, a Assessoria de Apoio e Orientação à Gestão (ASAG) possui as competências na forma do Art. 7º - D do Regulamento Interno.

A SEAUD, que é a Auditoria Interna deste Regional, realizou no exercício em análise, 1 auditoria integrada da Justiça Eleitoral, com o TSE e os Regionais Eleitorais (Resolução TSE 23.500/2016).

Também efetivou-se 1 Auditoria Interna no TRE-MA para avaliar a efetividade dos controles internos adotados no processo de gestão do Patrimônio Imobiliário como resposta aos riscos inerentes ao Macroprocesso de Apoio – Logística, Processo de Gestão de Infraestrutura – Gestão do Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio; e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos, conforme item 9 do Anexo II da DN TCU 172/2018, durante o exercício financeiro de 2018.

Por fim, existiram 2 Ações Coordenadas de Auditoria pelo CNJ, através de 2 questionários para levantamento de informações, de acordo com a Resolução CNJ 171/2013.

Obedeceu-se, assim, o Plano Anual de Auditoria (PAA), vez que este Tribunal não emitiu o Relatório de Auditoria do exercício de 2018, pois assim entendeu o TCU de não julgar as contas deste Tribunal, conforme DN TCU 172/2018, senão vejamos:

Relatório de Auditoria n.º 01/2019 – Processo de Gestão da Execução do Plano Estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos da Justiça Eleitoral

Em cumprimento ao Plano de Auditoria Integrada de Longo Prazo (PALP) 2018-2021, bem como no Plano de Auditoria Anual (PAA) de 2020, foram realizados exames de auditoria, no âmbito da Justiça Eleitoral, no processo de gestão da execução do Plano Estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos.

Conforme destacado no Documento de Orientação de Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral (Doje), a coordenação, supervisão e orientação dos trabalhos de auditoria ficaram a cargo da Coordenadoria de Auditoria da Secretaria de Controle Interno e Auditoria do TSE.

Destaca-se que foram utilizados procedimentos e papéis de trabalho padronizados pelo TSE, visando atender ao Plano Anual de Auditoria Integrada do Tribunal Superior Eleitoral, com base na Resolução TSE nº 23.500, de 19/12/2016.

ACHADO	DESCRIÇÃO	ITEM
A1	Informação equivocada em normativos internos que tratam dos indicadores estratégicos.	62
A2	Inclusão de indicador após a publicação de norma instituidora.	72
A4	Inexistência de fichas para os indicadores estratégicos.	96
A5	Mapa estratégico não demonstra as perspectivas do Planejamento Estratégico.	109
A6	Nomenclatura duvidosa adotada nos indicadores estratégicos.	121
A7	Necessidade de atualização/correção/detalhamento das fichas dos indicadores de apoio.	135
A9	Inexistência de normativo regulatório do Sistema de Planejamento e Gestão do TRE/MA.	154
A10	Insuficiência de servidores nas unidades internas da COPEG.	164

Por fim, informo que a COPEG, após determinação da Alta Administração, elaborou um Plano de Ação para as providências necessárias à adequação dos itens apontados no Quadro acima (PAD 11652/2019, doc. 1468/2020).

Relatório de Auditoria n.º 02/2019 – Auditoria no Patrimônio Imobiliário

Em cumprimento ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), relativo ao quadriênio 2018/2021, e ao Plano Anual de Auditoria (PAA), exercício 2019, foram realizados exames de auditoria no Processo de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, quanto à correção dos registros contábeis; à estrutura tecnológica e de pessoal para administrar o patrimônio; e à qualidade dos controles internos administrativos instituídos, conforme item 9 do Anexo II da DN TCU 172/2018, relativos ao exercício financeiro de 2018.

A auditoria teve por objetivo avaliar a efetividade dos controles internos adotados no processo de gestão do Patrimônio Imobiliário como resposta aos riscos inerentes ao Macroprocesso de Apoio – Logística, Processo de Gestão de Infraestrutura – Gestão do Patrimônio.

ACHADO	DESCRIÇÃO	ITEM
A1	Existência de imóveis sem registro no SPIUnet sendo utilizados pelo Tribunal.	38
A2	Inventário de bens imóveis não é realizado anualmente.	47
A3	Insuficiência da força de trabalho na unidade gestora do patrimônio imobiliário.	57
A4	Insuficiência/deficiência de capacitação na área de gestão do patrimônio imobiliário.	66
A5	Ausência de norma interna que regulamente o processo de gestão do patrimônio imobiliário.	75
A6	Avaliação dos controles internos administrativos na área de gestão patrimonial de bens imóveis, fragilidades identificadas.	83

A Alta Administração determinou as providencias necessárias à adequação dos itens apontados na proposta de encaminhamento do Quadro acima (PAD 7089/2019, doc. 145048/2019).

1ª Ação Coordenada Auditoria em Gestão Documental

Os 2 questionários foram respondidos e enviados ao CNJ para a consolidação e divulgação.

2ª Ação Coordenada de Auditoria em Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil

O questionário respondido também foi enviado ao CNJ para consolidação e posterior divulgação.

7

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Relações com o ambiente externo e as partes interessadas (principais canais de comunicação) | Ouvidoria | Educação política | Audiências Públicas | Cultura e memória | Inovações, principais desafios e ações futuras | Série histórica do desempenho | Comparativo entre TRE-MA e os demais Tribunais da JE (melhores práticas).

Principais canais de comunicação

Sede

Av. Senador Vitorino Freire, s/n - Areinha

Funcionamento: 13h às 19h

(98) 2107- 8888

Redes sociais

www.tre-ma.jus.br

@TRE_MA

@tremaranhao

TRE-MA - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Zonas Eleitorais

http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais

Ouvidoria

Site

http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria-formulario-de-registro-de-manifestacao

Email

ouvidoria@tre-ma.jus.br

Ligação Gratuita

0800-098-5000

Carta

Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP 65010-917

Pessoalmente

Agende uma visita através dos nossos telefones e compareça no endereço abaixo:
Av. Senador Vitorino Freire, bairro Areinha, São Luís - MA

Horário de funcionamento

8h às 18h

Cartas de Serviços ao Cidadão

http://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos

Mailing

Entrevistas

Entrevistas coletivas

Sala de imprensa

Site

Whatsapp

Email

Telefone

Celular institucional

Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral é um importante canal de comunicação entre a sociedade e a Justiça Eleitoral, tendo sido criada por meio da Resolução TRE-MA nº 7715, de 03.12.2009, com as alterações introduzidas pela Resolução TRE-MA n. 8328, de 22.01.2013, em consonância com a Resolução n. 103/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Como unidade autônoma, não vinculada a nenhuma outra unidade administrativa do TRE-MA, a Ouvidoria tem competência para atuar de maneira permanente, interna e externamente, na defesa da cidadania, nos assuntos relacionados a trâmites administrativos e procedimentos judiciais, para solucionar problemas e melhorar a qualidade dos serviços, subsidiando as demais unidades competentes da Justiça Eleitoral, sendo delas independente.

Trata-se de um canal de relacionamento direto com os eleitores e demais segmentos da sociedade, aqui incluído o seu público interno, sempre primando pela ampla transparência, contribuindo assim para a melhoria da gestão, ecoando a voz do cidadão, de modo a garantir o livre acesso à informação e a defesa dos seus direitos.

A Ouvidoria possui 6 canais de comunicação ativos, além de um 7º (o Ouvizap Eleitoral), que se encontra em fase de testes, devendo ser implantado no primeiro semestre de 2020. São eles:

- Formulário Eletrônico, disponível no site do TRE-MA;
- Disque-Eleitor;
- E-mail;
- Ramais Telefônicos;
- Carta-Resposta;
- Presencial;
- Ouvizap Eleitoral.

O TRE-MA elaborou e, desde 2012, mantém à disposição do público, duas cartas de serviços ao cidadão. A primeira é referente aos serviços ordinariamente prestados nas zonas eleitorais. A outra é relativa aos serviços da sede do Tribunal.

Saiba mais em: http://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos

As Cartas de Serviços estão em fase final de atualização e deverão ser republicadas até o mês de abril/2020.

A OUVIDORIA EM NÚMEROS

As manifestações recebidas pela Ouvidoria durante o ano de 2019 contabilizaram 2.180 chamados devidamente registrados no Sistema Informatizado de Atendimento ao Usuário (SIMBA), que está dividido em duas categorias, a saber: SATE - Ouvidoria (onde são registrados os chamados do Disque-Eleitor/0800, pelos atendentes do serviço de teleatendimento) e OUVIDORIA (onde são registrados os chamados oriundos dos multimeios, que não o 0800, pelos próprios usuários que acessam o serviço do formulário eletrônico on-line e pelos servidores da Ouvidoria, que cadastram e-mails, cartas-respostas, etc.).

As manifestações apresentadas à Ouvidoria consistem em informações, dúvidas, solicitações, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias, para as quais a equipe da Ouvidoria efetua o tratamento devido, buscando soluções para os problemas apresentados.

Seguindo a diretriz de servir como canal de comunicação, pode-se afirmar que a Ouvidoria está apta a dirimir dúvidas, prestar esclarecimentos e informações ao eleitor sobre os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral, bem como receber reclamações, denúncias, críticas e sugestões acerca da qualidade de tais serviços.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Em relação aos diversos canais de atendimento disponibilizados pela Ouvidoria, o serviço de ligação gratuita - Disque Eleitor (0800 098 5000) -, disponível na internet/intranet do TRE-MA, foi o meio mais utilizado pelos demandantes para acesso à Ouvidoria do TRE-MA, totalizando 61,96% dos registros.

O atendimento através do e-mail institucional totalizou 21,32%, seguido pelo formulário eletrônico que totalizou 16,52% dos registros. O serviço de carta-resposta pré-selada não foi utilizado durante o período. Todavia, houve 5 atendimentos presenciais durante o período.

TIPOS E TEMAS DAS MANIFESTAÇÕES

Quanto aos tipos de manifestações recebidas, dentre informações, dúvidas, solicitações, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias, verificou-se, no decorrer do ano de 2019, que a grande maioria consistiu em pedidos de informação, representando 1.376 registros.

No que se refere ao teor das manifestações, convém frisar que, de uma forma geral, houve o recebimento e o tratamento, em especial, de demandas referentes aos seguintes temas:

- Cadastro Eleitoral: informações quanto à regularização da situação eleitoral e operações cadastrais (alistamento, transferência, revisão de dados, segunda via), justificativa eleitoral, certidão de quitação, pagamento de multa, rezoneamento, recadastramento biométrico, etc.;
- Dados estatísticos eleitorais: resultado de eleições anteriores;
- Partidos Políticos/Candidatos: filiação e desfiliação partidárias, propaganda partidária, prestação de contas;
- Dados institucionais: estágio, endereços de zonas eleitorais;
- Legislação de Pessoal: nomeação, posse, remoção, etc;
- Atuação da Justiça Eleitoral: atendimento ao público, prestação de serviços jurisdicionais e administrativos, reclamações quanto ao comportamento de servidores;
- Processos/Procedimentos: tramitação e morosidade processuais;
- Concurso Público: Data de nomeação, cargos vagos, quantitativo de futuras aposentadorias.

Aqui, compete fazer a ressalva de que as informações e esclarecimentos prestados pela Ouvidoria, em atenção às demandas registradas, têm natureza informativa e caráter de orientação, não produzindo efeitos legais em relação ao demandante.

OUVIZAP ELEITORAL

Criação do canal de comunicação Ouvizap Eleitoral hospedado no aplicativo de mensagens Whatsapp Business. O Ouvizap Eleitoral, que se encontra em fase final de testes e implantação, vem se somar aos outros 6 canais de comunicação à disposição do cidadão, como forma de contato com a Ouvidoria Regional Eleitoral do Maranhão. Por meio do telefone (98)2107-8880, o cidadão poderá se comunicar com a Ouvidoria de forma ágil, segura e desburocratizada, podendo pedir e obter informações, fazer denúncias, reclamações, consultar a sua situação eleitoral, informações sobre recadastramento biométricos, dentre tantos inúmeros outros assuntos.

As manifestações recebidas por esse novo canal, tão logo seja oficialmente lançado, serão normalmente inseridas no sistema da ouvidoria e processadas como todas as outras demandas externas, obedecendo aos mesmos regramentos e prazos de resposta.

II COLÓQUIO DE DIREITO ELEITORAL

O TRE-MA, juntamente com o COPEJE (Colégio Permanente de Juristas Eleitorais), em evento organizado pela EJE-MA (Escola Judiciária Eleitoral) e ORE-MA (Ouvidoria), realizou no dia 20 de março de 2019, no auditório principal do seu edifício-sede, o II Colóquio de Direito Eleitoral com o tema A Criminalização do Caixa 2 na Proposta da Lei Anticrime e suas Consequências.

O projeto foi pensado a partir da necessidade de se dar ainda mais visibilidade às ações da Ouvidoria Regional Eleitoral do Maranhão, de forma a melhor divulgar os nossos canais de comunicação, além de interiorizar o alcance dessa atuação, criando ou otimizando ações, a fim de sermos capazes de ouvir melhor as demandas de nossos cidadãos e, via de consequência, dar-lhes voz, materializando os seus anseios e necessidades em ações positivas e que gerem resultados concretos. Por outro lado, a ouvidoria de um órgão público é o primeiro contato do cidadão com a Administração.

O projeto parte da compreensão de que as imensas distâncias existentes entre a capital e os seus municípios funcionam como um fator capaz de tornar desigual a participação cidadã.

Portanto, o slogan do projeto traduz justamente essa vontade de levar a Ouvidoria o mais próximo possível do cidadão, não importa quão longe ele esteja fisicamente da nossa sede.

O Maranhão possui 331.937 km², subdivide-se em 217 municípios e conta com 105 zonas eleitorais. O estado possui grande diversidade de ecossistemas, sendo os mais importantes a faixa de Floresta Amazônica, manguezal, reentrâncias, restinga, campos alagados da Baixada Maranhense, Cerrado e mata de transição (Mata dos Cocais).

É o segundo maior estado da Região Nordeste e o oitavo maior do Brasil.

Outro fator que amplia a necessidade desse projeto é que, apesar dessas dimensões colossais, São Luís está situada numa ilha localizada no extremo norte do Maranhão. Nesse contexto, existem cidades localizadas a mais de 1.000 km de distância da nossa sede, ou seja, São Luís está mais próxima de Fortaleza-CE que de vários municípios situados no extremo sul do Maranhão.

A logo do projeto traz a ideia conceitual traduzida na difusão de ações que partem do norte do estado (mapa estilizado) para os mais remotos recantos de nossa unidade federativa, com o intuito de ouvir a voz do cidadão, materializada em balões de diálogo.

Essa ideia de movimento, de ação, é reforçada com o slogan A Ouvidoria eleitoral vai aonde você está!

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Criada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por meio da Resolução nº 4.713 de 16.07.2003, com a missão de oferecer aos magistrados, servidores da Justiça Eleitoral do Estado do Maranhão, membros do Ministério Público e demais operadores jurídicos, sobretudo dos agentes que lidam com o Direito Eleitoral, ações de formação e aperfeiçoamento, com vistas a uma melhor aplicação da matéria. Somam-se, ainda, atividades de divulgação da legislação, doutrina e jurisprudência de interesse da Justiça Eleitoral, promoção de eventos jurídicos e ações de incentivo ao exercício da cidadania e do voto consciente.

Alguns desses projetos são realizados em associação a outras unidades administrativas deste Tribunal, assim como, por meio de convênios/parcerias com entidades públicas e privadas, objetivando a responsabilidade social, a cooperação técnica, científica, acadêmica e cultural.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA EJE/MA EM 2019

Da Capacitação:

No eixo da capacitação, a unidade tem contribuído para o debate de grandes temáticas na área eleitoral, relevantes à formação e ao aprimoramento do trabalho de seus servidores, magistrados, estudantes, entre outros segmentos da sociedade.

Curso de pós-graduação em nível de especialização em Direito Eleitoral: Especialização desenvolvida pelo Tribunal, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, em convênio com a Universidade Federal do Maranhão, com vistas à titulação de operadores do Direito em matéria Eleitoral e à aquisição de conhecimentos teóricos aliados ao exercício da prática profissional. Turma iniciada em agosto de 2019.

Eventos jurídicos (Congresso, Seminário, Debates, Encontros e afins): objetivam atualizar os participantes acerca das regras e alterações eleitorais. No ano de 2019 tivemos a promoção do II Colóquio de Direito Eleitoral do COPEJE (discutiu a criminalização do Caixa 2) e o Seminário de Direito Eleitoral "Aspectos Polêmicos, Reformas e Democracia". Aconteceram nos meses de março e setembro, respectivamente.

Prática Acadêmica: Recepção de 76 estudantes do curso de Direito ao TRE em setembro de 2019, cuja programação compreendeu o acompanhamento de sessão plenária (onde tiveram a oportunidade de assistir aos julgamentos, administrativo e jurídico) e participação em palestras que abordaram sobre a estrutura organizacional, atribuições, competências da JE, especificidades do processo eleitoral e principais demandas sob julgamento no órgão.

Evento multidisciplinar de apoio ao projeto estadual Pra Saber+: proporciona aos participantes o desenvolvimento de habilidades e competências, a partir de estágio de vivência profissional. Realizado em julho de 2019, contou com a presença de 30 alunos de cursos técnicos das áreas de meio ambiente, informática, eventos e serviços jurídicos.

Da Conscientização Política:

Ações de apoio ao Projeto Jovem na Escola: Com o objetivo de contribuir para o exercício da cidadania e da conscientização política de jovens dos 15 aos 18 anos, dentre os trabalhos executados consta, o alistamento eleitoral, a distribuição de materiais de educação política, palestras acerca das Eleições, cidadania, voto consciente e o papel dos políticos, bem como simulações de votação eletrônica.

Foram realizadas ações em 8 escolas da área metropolitana, da rede pública e particular de ensino, das quais participaram cerca de 1.800 alunos no segundo semestre do ano de 2019.

Visita de alunos de Direito ao Memorial da Justiça Eleitoral: os alunos tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da história da Justiça Eleitoral, do processo de evolução das Eleições e do acervo do memorial (documentos, papéis, registros fotográficos, objetos de valor histórico e modelos das urnas coletoras de votos). Ocorrida no dia 18 de setembro de 2019.

Apoio à Semana Nacional do Jovem Eleitor: Projeto de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral de incentivo ao alistamento. Instado a participar para difundir a campanha o TRE-MA, por meio desta unidade, noticiou às zonas eleitorais do estado acerca do material publicitário disponibilizado, para fins de ações de fomento e sensibilização junto ao público alvo local (adolescentes entre 16 e 18 anos). Comunicação da EJE expedida, via e-mail, em novembro de 2019.

METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Continuidade das ações do Projeto Voto Jovem na Escola em consórcio com a Corregedoria Regional Eleitoral;

Prosseguimento e previsão de término do Curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral;

Suporte na realização de eventos jurídicos a pedido da Alta Administração do Tribunal;

Execução de novas ações dos projetos Visita Cidadã, Prática Acadêmica e evento multidisciplinar em apoio ao projeto estadual Pra Saber+ mediante solicitação do público alvo interessado e aceite da Alta Administração;

Divulgação a magistrados e servidores de materiais e conteúdos compartilhados por escolas judiciais parceiras, assim também, informações acerca da oferta de cursos oficiais promovidos pelas respectivas.

Audiências e consultas públicas

Título			
Recadastramento Biométrico já atinge 94% dos municípios maranhenses	Identificação biométrica do eleitor é mais uma das características de segurança do processo eletrônico de votação	Quatro cidades sediam audiências públicas sobre a biometria entre os dias 26 e 27 de agosto	Participe da pesquisa pública sobre as metas específicas da Justiça Eleitoral para 2020
15/10/2019	30/08/2019	22/08/2019	24/07/2019

SAIBA MAIS: http://www.tre-ma.jus.br/transparencia/audiencias-e-consultas-publicas/lista

Cultura e memória

Através da Resolução n° 9.026, de 14 de dezembro de 2016, inaugurado pelo Presidente Desembargador Lourival Serejo, o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral está localizado no térreo do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral, que fica na Avenida Vitorino Freire, s/n, bairro da Areinha, São Luís, cuja finalidade é recuperar, organizar e divulgar informações sobre a Justiça Cidadã.

Como nos demais Estados da Federação, no Maranhão a história do TRE confunde-se com a própria política da cidadania local se fez presente por meio da atuação deste Tribunal, que, ao longo dos anos procurou desenvolver ações em prol de uma cultura de valorização e preservação dos documentos relevantes.

Entre outras atribuições, destacam-se, por ser de importância relevante, a partir do contato com essas informações históricas, a difusão, a compreensão e a importância do papel da Justiça no processo eleitoral.

Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurada o Portal da Memória no mandato do Presidente Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe.

No intuito de preservar e divulgar a Memória Institucional, as sucessivas presidências desta Casa Eleitoral encontraram no reconhecimento da cultura de conservação histórica a ideia de que a valorização do passado representa verdadeiro modelo de gestão estratégica, sendo esta, doravante, uma das principais metas da Corte Eleitoral maranhense.

SAIBA MAIS: http://www.tre-ma.jus.br/o-tre/memoria-da-justica-eleitoral-do-maranhao

TRE-MA

RELATO INTEGRADO 2019

www.tre-ma.jus.br

@tremaranhao

0800 098 5000